



UC/FPCE-2010

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Padrões de Vinculação e Comportamento
Delinquente na Adolescência**

Teresa Isabel Coelho Castro Antunes (e-mail:
teresa.c.antunes@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, sub-
especialização em Psicopatologia e Psicoterapias Dinâmicas, sob
a orientação de Professor Doutor Eduardo Sá

Padrões de Vinculação e Comportamento Delinvente na Adolescência

O aumento dos comportamentos anti-sociais nas sociedades torna essencial a compreensão deste fenómeno e dos factores que lhe estão associados, sendo que a vinculação é um dos factores que tem tido um papel de destaque (Machado, 2004).

As relações mais precoces de vinculação influenciam de facto as estruturas cognitivas, emocionais e comportamentais do sujeito, no contexto intra e interpessoal (Bowlby; Goldberg; Sroufe et al., cit. in Soares, Carvalho, Dias, Rios & Silva, 2007). Neste sentido, a adolescência torna-se um período de especial interesse, já que é uma fase caracterizada por importantes transformações nessas mesmas estruturas (Jongenelen, Carvalho, Mendes & Soares, 2007).

Assim, partindo da Teoria da Vinculação o estudo aqui apresentado pretendeu explorar a relação entre o padrão de vinculação e os comportamentos adoptados pelos adolescentes. A nossa hipótese de trabalho defende que a vinculação, mais concretamente o padrão de vinculação inseguro, está associado a uma maior frequência de comportamentos delinquentes na adolescência. Da amostra fazem parte jovens rapazes dos 15 aos 17 anos, e foi recolhida entre os alunos da Escola Infanta D. Maria (Coimbra) e da Escola Profissional de Aveiro. O padrão de vinculação foi avaliado pelo Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência (IVIA), e a frequência de comportamentos delinquentes foi avaliada por um Questionário de auto-resposta, relativo a Comportamentos Anti-sociais. A amostra foi dividida em dois grupos segundo a Escola, considerando-se os alunos da Escola Profissional de Aveiro como o grupo de maior risco. Neste grupo avaliou-se ainda o auto-conceito através do Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC).

Os resultados obtidos não apontaram para a esperada associação entre vinculação insegura e maior frequência de comportamentos delinquentes. No entanto, uma associação entre as duas variáveis surgiu, através do padrão de

vinculação seguro. Este estilo de vinculação obteve uma correlação negativa e estatisticamente significativa com o número de comportamentos delinquentes expressos alguma vez na vida. A vinculação segura correlacionou ainda, e de forma estatisticamente significativa, com todas as medidas do auto-conceito.

No que diz respeito à comparação entre os grupos, os dados obtidos não encontraram diferenças estatisticamente significativas, à excepção da medida relativa à vinculação segura, que se encontra mais presente na Escola de Coimbra.

Uma análise pormenorizada aos itens do questionário de auto-resposta permite ainda verificar que, ainda que os comportamentos se encontrem generalizados em ambas as escolas, a sua frequência é maior na Escola de Aveiro.

Palavras-chave: adolescência, vinculação, comportamentos delinquentes, auto-conceito

Patterns of Attachment and Delinquent Behaviour in Adolescence

Because of the increase of anti-social behavior in societies, it becomes essential that we understand this phenomenon and the factors associated with it, since attachment seems to be an extremely important factor (Machado, 2004).

The early attachment relationships influence the subjects' cognitive, emotional and behavioral structures, in the intra and interpersonal context (Bowlby; Goldberg; Sroufe et al., cit. in Soares, Carvalho, Dias, Rios & Silva, 2007). Therefore adolescence becomes a period with particular interest, since it is a phase characterized by significant changes in these structures (Jongenelen, Carvalho, Mendes & Soares, 2007).

Thus, based on attachment theory the study presented here has the objective of exploring the relationship between the patterns of attachment and the adolescents' behavior. Our hypothesis defends that attachment, in particular the insecure attachment, is linked to a higher frequency of delinquent behavior in adolescence. The sample is composed by adolescents with ages between 15 and 17 years old, and was collected at Escola Infanta D. Maria (Coimbra) and at Escola Profissional de Aveiro. The pattern of attachment was assessed by the "Childhood and Adolescence Attachment Inventory" (IVIA), and the frequency of delinquent behavior was assessed by a self-response questionnaire about Anti-Social Behaviors. The sample was split in into two groups according to the school, regarding the students of the Escola Profissional de Aveiro as the bigger risk group. In this group we also assessed self-concept through the "Clinic Self-concept Inventory" (ICAC).

The results did not suggest the expected association between insecure attachment and high frequency of delinquent behavior. However, an association between the two variables appears to exist, through secure attachment. Secure attachment style obtained a negative correlation with the

number of delinquent behavior assumed sometime in life. The secure attachment also correlated with all measures of self-concept.

In what concerns the comparison between the groups, the data found no statistically significant differences, with the exception of secure attachment, that is more present in the School of Coimbra.

A detailed analysis of the checklist items also shows that, although the behaviors are widespread in both schools, their frequency is greater in the School of Aveiro.

Key Words: adolescence, attachment, delinquent behaviour, self-concept

Agradecimentos

Ao Professor Eduardo Sá, pela orientação e por incentivar o meu trabalho.

À Escola Infanta D. Maria, em especial à Dra. Manuela Carvalho, e à Escola Profissional de Aveiro, em especial ao Dr. Jorge Castro e ao Dr. João Tavares, pelo apoio e colaboração no projecto.

Aos alunos de ambas as escolas pela colaboração na investigação.

À Doutora Marina Carvalho, pelo interesse e disponibilidade.

À minha família, pela compreensão e amor ao longo dos anos.

Aos meus amigos, pela força e amizade, e por me acompanharem sempre.

Lista de Abreviaturas

IVIA – Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência

ICAC – Inventário Clínico de Auto-Conceito

Índice

Introdução	01
I – Fundamentação Teórica	01
1. Teoria da Vinculação	01
1.1 Formação e Desenvolvimento da Teoria da Vinculação	01
1.2 Padrões de Vinculação e a sua influência ao longo da vida	03
1.2.1 (Des)continuidade do Padrão de Vinculação	06
1.3 Vinculação na Adolescência	07
1.3.1 Padrões de Vinculação e diferentes Comportamentos na Adolescência	08
2. Delinquência	09
2.1 Delinquência Juvenil	09
2.2 Compreensão da Delinquência Juvenil	10
2.2.1 O Papel da Família no desenvolvimento de Comportamentos Delinquentes	11
2.3 Comportamentos Delinquentes e Vinculação na Adolescência: estudos	12
II – Objectivos da investigação	13
III – Metodologia	14
1. Amostra da investigação	14
2. Variáveis e Instrumentos	16
2.1 Questionário Sócio-Demográfico	16
2.2 Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência (IVIA)	16
2.3 Questionário de auto-resposta, relativo a Comportamentos Anti-sociais	17
2.4 Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC)	18
3. Procedimentos de investigação	19
4. Análise dos dados	19
IV – Resultados	20
V – Discussão	28
VI – Conclusões	36
Bibliografia	37
Anexos	

Introdução

Depois de 20 anos relativamente estáveis, desde 1993 que os indicadores relacionados com a delinquência juvenil estão a aumentar, e os adolescentes a praticarem esses comportamentos são cada vez mais jovens (Tyrode & Bourcet, 2000/2002). Se parte desse aumento pode ser explicado pela maior vontade das instituições penais em responder a esta problemática (Tyrode & Bourcet, 2000/2002), a verdade é que a delinquência avaliada diz apenas respeito àquela que é sancionada, não abrangendo os números reais (Doron & Parot, 2001). Dito de outra forma, os registos oficiais indicam apenas uma porção reduzida dos comportamentos delinquentes dos jovens, geralmente os mais graves (Fonseca, 1992). Perante estes dados uma das questões que se levanta é: quais os factores associados a este fenómeno? Um deles acreditamos ser a vinculação.

Na adolescência, os jovens defrontam-se com importantes tarefas desenvolvimentais, é um período de autonomização em relação aos pais e procura de novas figuras que satisfaçam as necessidades de vinculação (Steinberg, cit. in Jongenelen et al., 2007). Contudo, segundo o tipo de organização da vinculação, existem diferenças na forma como a adolescência e os novos relacionamentos são vividos. A vinculação segura parece permitir aos adolescentes um processamento e integração de novas relações de forma mais precisa e sofisticada (Cassidy, Kirsh, Scolton, & Parke, cit. in Allen, Marsh, McFarland, McElhaney & Land, 2002), pois são capazes de interpretar correctamente as emoções dos outros e de melhorar as suas capacidades sociais ao longo do tempo (Allen et al., 2002). Já os adolescentes com vinculação insegura tendem a interpretar incorrectamente a informação vinda do exterior, fazendo julgamentos injustos e criando expectativas negativas na relação com os outros, o que está fortemente relacionado com a existência de problemas no funcionamento social (Cassidy et al.; Dodge; Slough & Greenberg, cit. in Allen et al., 2002).

Apesar destes indícios e de ser consensual a importância desta etapa no ajustamento psicológico do sujeito, são ainda poucos os estudos relativos ao papel da vinculação no desenvolvimento de psicopatologia na adolescência (Brown & Wright, cit. in Carvalho, 2007). No seguimento, o estudo aqui apresentado dá ênfase a esse aspecto e tenta explorar a relação entre as duas variáveis.

I – Fundamentação Teórica

1. Teoria da Vinculação

1.1 Formação e Desenvolvimento da Teoria da Vinculação

A Teoria da Vinculação, primeiramente formulada por Bowlby, contrapôs a Teoria da Dependência que estava em voga até à década de 50. Esta última teoria defendia que a ligação entre o bebé e o seu cuidador, geralmente a mãe, se fazia a partir da satisfação das chamadas necessidades básicas daquele, como por exemplo a alimentação (Bowlby, 1979/2001).

Bowlby, através das suas observações, compreendeu que o laço que liga o filho à sua mãe parte de um desejo de proximidade determinado biologicamente que apareceu pelo processo de selecção natural. A vinculação é então um sistema comportamental que visa o aumento de proximidade a uma dada figura (Cassidy, 1999). Essa proximidade aumentará a probabilidade de sobrevivência, tendo por isso a função de protecção (Bowlby, 1979/2001). Este tipo de comportamento foi também estudado em animais por investigadores como Lorenz (cit. in Bowlby, 1992), que trabalhou com algumas espécies de aves e Harlow (cit. in Bowlby, 1992), que trabalhou com macacos rhesus, e ambos verificaram que as crias não se ligavam às mães pela alimentação como se pensava.

Assim, pegando em conhecimentos da biologia, etologia, psicologia desenvolvimental e ciência cognitiva, Bowlby criou uma teoria inovadora (Cassidy, 1999), com características próprias, segundo a qual a vinculação se pode definir como:

(...) modo de conceituar a propensão dos seres humanos a estabelecerem fortes vínculos afectivos com alguns outros, e de explicar as múltiplas formas de consternação emocional e perturbação da personalidade, incluindo ansiedade, raiva, depressão e desligamento emocional, a que a separação e perda involuntárias dão origem. (Bowlby 1979/2001, p. 168)

Outros autores (Grossmann & Grossmann, cit. in Carvalho, 2007) referem-se à vinculação como “(...) ‘propensão filogeneticamente programada’ de uma pessoa, habitualmente uma criança, para se ligar a outra (...) com capacidade para cuidar, dar suporte e investir recursos na criança”. Esta ligação permanece pela vida fora e condiciona o comportamento do sujeito de diversas formas (Bowlby, 1969/2002).

As primeiras observações de Bowlby tiveram lugar numa instituição onde trabalhou com jovens rapazes delinquentes (Soares, 2007). A análise da história familiar destes jovens, pautada por perturbações na relação mãe-criança, levaram o autor a considerar que estas perturbações eram precursoras de psicopatologia (Cassidy, 1999). Este foi o ponto de partida para o trabalho subsequente de Bowlby, o seu pressuposto assentava na importância da relação mãe-criança, não só para a criança no presente, como também para o funcionamento futuro desta (Cassidy, 1999; Soares, 2007). Neste seguimento, Bowlby realizou vários estudos com crianças institucionalizadas, e verificou que crianças privadas precocemente da figura materna tendiam a tornar-se adultos emocionalmente frios, superficiais, com tendências hostis ou anti-sociais (Soares, 2007).

Adoptando uma perspectiva histórica pode-se dizer que a Teoria da Vinculação teve quatro fases marcantes para o seu desenvolvimento (Soares, 2007). Num primeiro momento, Bowlby e a sua equipa documentaram os efeitos nefastos que a separação dos pais provocava nas crianças internadas em hospital. Este foi o primeiro passo, que trouxe visibilidade à forma como os cuidados de saúde eram prestados na altura (Soares, 2007). Os hospitais valorizavam as necessidades físicas da criança, em detrimento das necessidades de afecto, ou seja, não se tinha em conta a importância da

relação da criança com o seu cuidador principal (Kobak, 1999). Numa segunda fase, década de 70, os trabalhos de Ainsworth representaram um grande avanço para a Teoria da Vinculação (Soares, 2007). A autora criou a ‘Situação Estranha’, uma metodologia que pretende avaliar o tipo de vinculação que liga a criança à mãe, e consiste numa série de oito episódios realizados em ambiente de laboratório direccionados para crianças entre os 12 e os 18 meses de idade (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978). O maior contributo desta metodologia está na descoberta de dois grandes grupos de estilo de vinculação: os seguros e os inseguros. Ainsworth et al. dizem-nos que as crianças seguras mostram-se confiantes na exploração do ambiente e recorrem à figura de vinculação como uma base segura, enquanto que as crianças categorizadas como inseguras apresentam como ponto comum: uma baixa exploração do meio ambiente, assim como uma escassa ou intensa interacção com as suas mães. Ao longo dos anos seguintes (décadas de 70 e 80) foram inúmeros os estudos que contribuíram para a compreensão das implicações dos processos de vinculação na infância e adolescência (Soares, 2007).

Mas, é em meados da década de 80 que se entra numa nova fase do estudo da vinculação, alargando-se o foco para os adultos, consequentemente trocando-se o domínio comportamental pelo representacional, entendendo-se a vinculação no âmbito dos modelos internos dinâmicos (Main, Kaplan & Cassidy, cit. in Soares, 2007). Este conceito, modelo interno dinâmico, pressupõe que as experiências de responsividade, rejeição ou ambivalência vivenciadas na infância com os pais levam à “(...) construção de uma representação interna dos outros como responsivos ou não responsivos às necessidades dos próprios” (Ribeiro, 2006, p. 55). A quarta e última fase de desenvolvimento da Teoria da Vinculação coincide com a mudança de século, e traz um renovado interesse dos investigadores na tentativa de ligar a Teoria com a prática clínica, ou seja, os estudos incidem no modo como a vinculação nos pode ajudar a compreender a psicopatologia e a intervenção psicoterapêutica (Soares, 2007).

1.2 Padrões de Vinculação e a sua influência ao longo da vida

Bowlby (1979/2001) refere que para a construção de uma base segura os pais devem compreender o comportamento de vinculação dos filhos e estar preparados para satisfazê-lo e terminá-lo, devem reconhecer que as fontes mais comuns de raiva da criança são a frustração das suas necessidades de amor e cuidado e que a sua ansiedade está ligada em muito à incerteza de ter a protecção dos pais. Por outro lado, devem compreender a necessidade de exploração dos filhos e incentivá-la dando espaço aos filhos para criarem outras relações. As crianças que criam esta base segura de vinculação crescem geralmente seguras e auto-confiantes e mostram-se prestativas e cooperativas com as outras pessoas (Bowlby, 1992).

Já uma criança que seja constantemente ameaçada de abandono ou mesmo abandonada pela sua figura de vinculação tenderá a viver momentos de medo e aumento de ansiedade (Bowlby, 1992). Bowlby explica este fenómeno dizendo que tanto os humanos como os outros animais reagem

com medo a situações de potencial risco, como seja a perda da figura principal de vinculação, isto é, a figura de protecção. O autor acrescenta ainda, que estes episódios de aumento de ansiedade provocam raiva intensa, especialmente em crianças mais velhas e adolescentes. A raiva tem como função impedir o abandono por parte da figura de vinculação, mas muitas vezes torna-se disfuncional. Em suma, as ameaças à comunicação aberta, disponibilidade e responsividade podem levar a uma vinculação insegura/ansiosa (Kobak, 1999).

Um dos pontos fundamentais da tese de Bowlby (1979/2001) prende-se mesmo com a ligação entre a vinculação na infância e o posterior desenvolvimento. O autor defende que:

(...) existe uma forte relação causal entre as experiências de um indivíduo com os seus pais e a sua capacidade posterior para estabelecer vínculos afectivos, e que certas variações comuns dessa capacidade, manifestando-se em problemas conjugais e em dificuldades com os filhos, assim como nos sintomas neuróticos e distúrbios de personalidade, podem ser atribuídas a certas variações comuns no modo como os pais desempenham seus papéis. (Bowlby, 1979/2001, p. 178)

Na sua prática clínica Bowlby (1979/2001) refere que muitos dos indivíduos que aparecem são muitas vezes inseguros, ansiosos, geralmente super dependentes ou imaturos. Em situações de stress tendem a criar sintomas neuróticos, depressão ou fobia. A investigação mostra que estas pessoas foram sujeitas a “Padrões de Parentalidade Patológicos” (Bowlby, 1979/2001, p. 180) que propiciam um distúrbio na capacidade de estabelecer vínculos, e por conseguinte, levam a problemas de ordem mental, como distúrbios psiconeuróticos e da personalidade.

No que diz respeito às Perturbações da Vinculação, Bowlby (1979/2001) distingue três tipos:

- Vinculação ansiosa: raiva parcialmente inconsciente, culpa, separação dos pais e aproximação de alguém mais fraco, anseios inconscientes de amor, comportamentos de pedido de cuidados;
- Autoconfiança compulsiva: o sujeito faz tudo sozinho, inibição do sentimento e comportamento de vinculação, ressentimento subjacente;
- Solicitude compulsiva: habituados a cuidar dos pais e/ou irmãos, estes sujeitos aprenderam que só têm atenção enquanto prestadores de cuidados - base das suas relações de vinculação.

Por último, Bowlby (1979/2001) fala ainda dos sujeitos indiferentes e desligados de afecto, incapazes de construir relações vinculativas estáveis como sejam os psicopatas, delinquentes ou suicidas, que são pessoas com um padrão inseguro de vinculação. Há estudos que mostram como é relevante a incidência da separação precoce da figura de vinculação em população sociopata, psicopata e suicida (Earle & Earle; Craft, Stephenson e Granger; Greer, Gunn e Koller, cit. in Bowlby, 1979/2001).

A vinculação insegura parece então estar ligada a doenças psiquiátricas. Pessoas que sofrem de problemas mentais/psiquiátricos, apresentam problemas em formar e manter vínculos afectivos com os outros, problemas esses que podem ser graves ou duradouros (Bowlby, 1979/2001).

Bowlby defende que a forma como estes pacientes se relacionam com as pessoas está ligado às experiências passadas (com os pais), ou seja, no caso de perturbação dos vínculos pode estar completamente distorcida a forma como eles vêem os outros e lidam com eles. Pode-se então dizer que os modelos representacionais (modelos internos dinâmicos) de figuras de vinculação criados na infância tendem a manter-se inalterados por toda a vida. Logo, segundo o autor, cada pessoa que surja na vida do sujeito como potencial figura de vinculação é ligada ao modelo já existente, mesmo depois ter provas que o modelo é inadequado. O sujeito também espera ser tratado por essas pessoas segundo o modelo que criou e tais percepções distorcidas levam a falsas expectativas de como essas pessoas se comportarão e a acções inadequadas com intenção de frustrar o comportamento que é esperado elas terem. Dito de outra forma, crianças emocionalmente desvinculadas, assim como adultos, têm os sinais que normalmente activam o comportamento de vinculação bloqueados, ou seja, o seu comportamento de vinculação não é activado e ficam incapazes de amar e sentir-se amados (Bowlby, 1992). Bowlby entende que esta exclusão se torna uma forma de defesa, que permite ao sujeito evitar mais perdas (de figuras de vinculação).

Continuando nesta perspectiva, Kobak (1999) fala-nos das emoções negativas associadas à percepção, por parte do sujeito, das figuras de vinculação como indisponíveis. Essas emoções são o medo, a raiva e a tristeza, que servem como forma de protesto por um lado, e como forma de pedir proximidade da figura de vinculação, por outro. Por vezes estas emoções são exageradas e ignoradas pelas figuras de vinculação, tornando-se problemáticas. O autor acrescenta que o medo pode levar a perturbações ansiosas, da tristeza podem surgir sintomas mais graves de depressão, e a raiva pode conduzir a comportamentos agressivos e anti-sociais. Há evidências clínicas dos efeitos nefastos das ameaças à disponibilidade das figuras de vinculação ao longo de toda a vida, donde emergem problemas de relacionamento e psicopatologia (Johnson; Klerman, Weissman, Rounsaville & Chevron; Kobak & Cole; Mufson, Moreau, Weissman & Klerman, cit. in Kobak, 1999). Já Bowlby (1952) referia a importância da relação de vinculação na infância enquanto moderadora e organizadora das emoções de ansiedade e culpa, emoções essas que quando exageradas são características de doenças mentais. Logo, diz-nos Bowlby, a privação de relações de vinculação, dependendo do grau, pode provocar ansiedade, necessidade excessiva de amor, sentimentos fortes de vingança, culpa e depressão, ou mesmo incapacitar o sujeito de criar relações próximas com outros. Como exemplo, existe um estudo que compara 839 crianças com perturbações de comportamento com um grupo de controlo de 70.000 crianças (Menut, cit. in Bowlby, 1952). No primeiro grupo, 62% das crianças tinham uma história familiar disfuncional, enquanto que no grupo de controlo isso apenas se verificava em 12%.

O que foi dito parte essencialmente dos estudos levados a cabo por Bowlby e actualmente esses estudos continuam a ser uma referência na compreensão da psicopatologia. Contudo, as investigações mais recentes dão

um tom menos patológico a estas questões, realçando a plasticidade do organismo humano face à adversidade e a subtileza dos vínculos (Soares, 2007). Neste sentido, Soares acrescenta que mesmo tendo em conta as evidências que mostram que crianças com histórias pautadas por graves disrupções da vinculação apresentam um quadro existencial preocupante, há diferenças individuais que precisam ser estudadas e compreendidas. Segundo a autora existem uma série de factores que, juntamente com a organização da vinculação, podem contribuir para um caminho mais ou menos desadaptativo da criança.

1.2.1 (Des)continuidade do Padrão de Vinculação

As relações de vinculação criadas na infância têm influência no tipo de relações interpessoais formadas e mantidas ao longo da vida do sujeito (Bowlby, 1992; Dalbem & Dell’Aglío, 2005), já que é na relação com o seu cuidador que a criança aprende que pode viver em segurança e desenvolve respostas apropriadas (Born, 2003/2005).

É importante perceber de que forma um dado padrão de vinculação organizado na infância se mantém na adolescência, ou mesmo para a vida adulta. Nesse sentido, Thompson (1999), fala dos modelos internos dinâmicos como um dos mecanismos envolvidos neste processo. Bowlby (1973/2004) defendia que as primeiras relações de vinculação servem como base de organização desses modelos, segundo os quais o sujeito faz representações de si mesmo, dos outros e do mundo. Eles modelam a forma como o sujeito se vai comportar ao longo da vida, pois têm implicações na escolha do parceiro, na formação de relações de amizade, na escolha ocupacional, na parentalidade, ou mesmo na imagem que o sujeito tem de si mesmo (Pietromonaco, & Barrett, cit. in Dalbem & Dell’Aglío, 2005). Se a criança criar um sentimento de segurança face aos seus cuidadores, isso permite-lhe mais tarde acreditar em si mesma, tornar-se independente e explorar a sua liberdade (Bowlby, 1992). No entanto, estes modelos estão em constante construção, o que significa que numa determinada idade o seu impacto vai também depender das representações de vinculação que se estão a desenvolver nessa etapa (Thompson, 1999) na relação com antigas ou novas figuras de vinculação.

Outros aspectos que, segundo Thompson (1999), ajudam a compreender a continuidade da organização da vinculação pela vida, são a adaptação ontogenética e o papel da personalidade. Chisholm (cit. in Thompson, 1999) entende que os diferentes padrões de vinculação são adaptações da criança face à forma como os pais investem e cuidam delas, são adaptações ontogenéticas. Segundo os autores essas estratégias de adaptação, que surgem cedo na vida do sujeito, são incorporadas por este e permanecem pela vida. Ainda na infância, acredita-se que a organização da vinculação vai moldar os processos de construção da personalidade (Thompson, 1999) e esses processos vão acabar por influenciar muitos aspectos da vida do sujeito, como a socialização, curiosidade, auto-estima, independência, cooperação e confiança. Não obstante o que foi dito, Thompson (1999) refere que, ainda que a teoria da vinculação tenha sustentado a ideia de continuidade, há factores que podem interferir e criar

descontinuidades, como seja a alteração da relação do sujeito com os pais ao longo do tempo.

Os poucos estudos existentes no âmbito da vinculação na fase da adolescência, estão de acordo com a ideia de continuidade e estabilidade da vinculação desde a infância (Allen & Houser; Becker-Stoll & Fremmer-Bombik; Hamilton; Main, cit. in. Allen & Land, 1999; Carvalho, 2007; Fonagy, cit. in Dalbem & Dell’Aglío, 2005), sendo as descontinuidades melhor explicadas por factores externos, como acontecimentos de vida favoráveis ou desfavoráveis que podem modificar os estados mentais ligados à representação da vinculação (Davila, Burge & Hammen, cit. in Dalbem & Dell’Aglío, 2005; Waters, Hamilton & Weinfeld; Waters, Weinfeld & Hamilton, cit. in Carvalho, 2007).

As questões mantêm-se: Em que circunstâncias a vinculação tem um efeito causal no desenvolvimento subsequente? De que forma a vinculação se liga a outros factores na compreensão do desenvolvimento do sujeito?

1.3 Vinculação na Adolescência

Segundo a Teoria da Vinculação, a adolescência é um período de transformações profundas a nível emocional, cognitivo e comportamental, onde é suposto existir uma distanciação das figuras de vinculação e uma transformação da própria relação, deverão criar-se novos laços de vinculação com outras figuras (pais), os pais terão de modificar o tipo de cuidados parentais, enquanto que o filho terá de desenvolver capacidades que lhe permitam vir a ser um prestador de cuidados (*caregiver*, conceito apresentado por Bowlby) no futuro (Allen & Land, 1999; Guedeney & Guedeney, 2004).

Não obstante essa distanciação, Bowlby (1969/2002) enfatiza o carácter estável dos laços criados na infância com a principal figura de vinculação, ainda que nesta fase seja de esperar que o adolescente dirija os seus comportamentos de vinculação a novas figuras (Carvalho, 2007). Dito de outra forma, a maior autonomia não quebra a vinculação entre o adolescente e os pais (Bee, 2003). De facto, a autonomia e o sistema exploratório, que possibilitam ao adolescente realizar importantes tarefas desenvolvimentais nesta fase, só são possíveis a par de um sistema de vinculação que permita àquele enfrentar o desafio (Allen & Land, 1999). Os pais são por isso figuras “(...) disponíveis quando verdadeiramente necessários (...)” (Jongenelen et al., 2007, p. 105). Já o sistema exploratório, que deverá estar totalmente desenvolvido e activado, permitirá ao adolescente e jovem adulto realizar tarefas de desenvolvimento social, como criar relações amorosas e investir numa carreira profissional (Allen & Land, 1999).

Estudos mostram também que o bem-estar e felicidade do adolescente estão mais fortemente correlacionados com a vinculação aos pais, do que aos amigos (Grenberg et al.; Raja et al., cit. in Bee, 2003). Assim como, os adolescentes com um sentimento forte de vinculação aos pais tendem a adoptar menos comportamentos arriscados ou delinquentes (Resnick et al., cit. in Bee, 2003). Waters et al. (cit. in Dalbem & Dell’Aglío, 2005) enfatizam também o papel das relações na infância, defendendo que estas

têm uma influência directa no desenvolvimento da consciência pessoal, da consistência do self em futuras relações de vinculação, e nos resultados sociais.

Mas, se é verdade que os pais mantêm uma enorme importância na vida dos filhos, a partir da adolescência os pais passam a ter um papel muito relevante. Se por um lado, vão ser as primeiras relações de vinculação com os pais que vão moldar os novos movimentos interpessoais do adolescente (Crittenden, cit. in Dalbem & Dell’Aglia, 2005), por outro, os novos relacionamentos são uma oportunidade para o adolescente reavaliar as relações precoces, podendo levar à mudança dos modelos internos dinâmicos (Main et al.; Soares, cit. in Soares, 2007). Os pais tornam-se fontes de intimidade, dão feedback do comportamento social do adolescente e, em última análise, são as novas relações de vinculação e possíveis parceiros amorosos para a vida (Ainsworth; Fuligni & Eccles; Gavin & Furman; Hartup, cit. in Allen & Land, 1999).

1.3.1 Padrões de Vinculação e diferentes Comportamentos na Adolescência

A adolescência parece ser vivida de forma bastante diferente em famílias onde os adolescentes apresentam um padrão de vinculação seguro e naquelas onde apresentam um padrão de vinculação inseguro (Allen & Land, 1999). Allen e Land referem que as primeiras atravessam esta fase naturalmente sem grandes dificuldades, enquanto que as segundas enfrentam conflitos mais profundos. A explicação para os autores pode estar no facto de uma vinculação segura permitir à família gerir harmoniosamente o balanço entre a vinculação e a necessidade emergente de autonomia do adolescente, pois um adolescente seguro parece ter maior confiança que a relação com os pais se mantém intacta apesar das possíveis discordâncias. Já em famílias pautadas por relações inseguras, os pais e adolescente vão interpretar a autonomia como uma ameaça à relação entre eles.

Allen e Land (1999) distinguem ainda os adolescentes com vinculação segura e insegura no que diz respeito ao seu funcionamento psicossocial. O padrão de vinculação inseguro preocupado parece estar ligado a perturbações internalizantes, como a depressão na adolescência (Adam, Sheldon-Keller & West; Allen, Moore, Kuperminc & Bell; Kobak, Sudler & Gamble; Homann, cit. in Allen & Land, 1999). No que se refere às perturbações externalizantes, como sejam os problemas ligados à agressividade e delinquência, não é tão claro o tipo de padrão de vinculação ao qual estão relacionados, no entanto este tipo de comportamentos aparece geralmente associado ao padrão de vinculação inseguro evitante (Allen & Hauser; Renken, Egeland, Marvinney, Mangelsdorf & Sroufe; Rothbaum, Schneider, Pott & Beatty, cit. in Allen & Land, 1999). Contudo, o comportamento agressivo para além de ser uma manifestação de psicopatologia, pode ser entendido também como um comportamento de vinculação, uma tentativa de chamar a atenção e modificar a relação com os pais (Allen et al., 2002; Kobak et al., cit. in Allen & Land, 1999), e desta forma liga-se ao padrão de vinculação inseguro preocupado. O estudo de Allen et al. (2002), com adolescentes entre os 16 e 18 anos, obteve

resultados que apontam a vinculação insegura preocupada como preditora de comportamentos delinquentes, especialmente quando as mães destes jovens tentavam promover a sua autonomia.

Por fim, também na relação com os pares, diferentes padrões de vinculação parecem estar ligados a diferentes tipos de relacionamento. Adolescentes com um padrão de vinculação seguro tendem a transmitir para a suas relações com os pares o afecto e coerência que aprenderam nas suas relações de vinculação, enquanto que os adolescentes com uma vinculação insegura tendem a interpretar os sinais dos outros de forma distorcida (Allen & Land, 1999).

2. Delinquência

2.1 Delinquência Juvenil

A delinquência juvenil refere-se a condutas desviantes, adoptadas por menores, que violam regras por imprudência, interesse, recusa ou desafio (Doron & Parot, 2001). Estas condutas são também designadas por associas, quando não há vontade de prejudicar (partir um objecto, derrubar alguém por distração, ...), ou anti-sociais, quando são revestidas de intencionalidade negativa (Born, 2003/2005). São estas últimas que interessam ao presente estudo. Dentro dos comportamentos anti-sociais encontramos comportamentos que vão desde a mentira aos mais graves contemplados no código criminal (Fonseca, 2000).

Os comportamentos delinquentes podem ainda tomar diferentes formas segundo as características do sujeito, como sejam a idade, sexo e origem social, assim como transmitem diversas problemáticas: do desenvolvimento, psíquicas, sociais, perturbações do vínculo e carências traumáticas (Doron & Parot, 2001).

Jean-Marie Renouard (cit. in Tyrode & Bourcet, 2000/2002) distingue três fases importantes na história da delinquência juvenil. Num primeiro momento (de 1830 a 1880), a criança era considerada culpada e era na prisão ou em colocações de aprendizagem (em famílias de artesãos ou cultivadores) que se esperava ela recuperar o sentido moral e emendar-se. A tónica era colocada na falta de disciplina. A partir de 1880, a criança passa a ser a vítima e a família é culpada e, portanto, esta é que deve ser educada e tomada a cargo. A última fase surge após os anos 20, com a psiquiatria infanto-juvenil e a concepção de “criança inadaptada” (Tyrode & Bourcet, 2000/2002, p. 123). Esta criança deve adaptar-se através da inserção no campo escolar, familiar e profissional, e o seu desviacionismo também se deve referir a um destes domínios. A família não é tida como culpada, mas entende-se que ela tem um papel no desencadear deste tipo de comportamentos e é inserida no programa de readaptação do filho.

Outro aspecto que desde sempre interessou os investigadores remete-nos para as características típicas dos jovens delinquentes. Bowlby (1952) sistematizou algumas dessas características: relações superficiais, falta de empatia (incapacidade para cuidar dos outros ou fazer amigos verdadeiros), falta de preocupação, e dificuldade de concentração na escola. No seguimento, Lemay (cit. in Born, 2003/2005) refere que os jovens

delinquentes se caracterizam por um atraso afectivo, isto é, a sua vida afectiva é centrada neles mesmos, não conseguem criar relações duráveis porque são incapazes de se vincular a alguém, já que têm um grande medo de abandono, e as relações que criam são pautadas por um forte sentimento de posse. Acrescenta que são jovens frustrados na sua necessidade de amor levando à agressividade

2.2 Compreensão da Delinquência Juvenil

O fenómeno da delinquência pode ser analisado segundo diferentes perspectivas. A perspectiva psicossocial, por exemplo, foca os aspectos relacionados com a sociedade. Born (2003/2005), explica que a delinquência só pode ser compreendida tendo como pano de fundo uma dada sociedade, pois é esta que dita as regras, normas e leis pelas quais o comportamento delinvente vai ser definido. Há também a perspectiva ligada à criminologia que se centra nas leis e, por isso, está relacionada com os dados oficiais, que como já vimos não representam a realidade do fenómeno. Born fala ainda de outras duas perspectivas, estritamente ligadas à psicologia, a perspectiva desenvolvimental e clínica. A primeira tenta compreender porque o acto delinvente surge naquele determinado momento, analisa a vida do sujeito antes da passagem ao acto e analisa as fases em torno do acto, já a segunda tem como objectivo compreender o funcionamento interno do sujeito, existindo diferentes modelos teóricos que se propõem a tal (Born, 2003/2005).

Assim, diferentes modelos focam diferentes aspectos que podem contribuir para a trajectória delinvente. Por exemplo, no campo da biologia e genética, os estudos com delinquentes apontam como factores relacionados o aumento da testosterona, anomalia no funcionamento do sistema límbico, lesão cerebral (Tyrode & Bourcet, 2000/2002), imaturidade do sistema frontal e perturbações de neurotransmissores como a dopamina, noradrenalina e serotonina (Born, 2003/2005). Contudo, ainda não existem provas claras de que estas variáveis contribuem para a predisposição de um sujeito à delinquência (Hoge, 2001; Tyrode & Bourcet, 2000/2002). Outros modelos enfatizam aspectos relacionados com a família, contexto social ou características individuais.

No entanto, perante um fenómeno tão complexo, não nos podemos centrar numa explicação simplista, ligada a um modelo teórico apenas. As teorias já se focam nas diferentes variáveis que possam contribuir para a explicação do desenvolvimento do comportamento delinvente do sujeito, assim como cada vez mais se centram na compreensão dos factores de risco e de protecção. Os factores de risco referem-se a características do sujeito ou do contexto que estão associadas a futuros comportamentos problemáticos, e os factores de protecção são aqueles que medeiam ou diminuem o impacto dos factores de risco (Hoge, 2001).

O modelo de comportamento de risco do adolescente (Jessor, cit. in Hoge, 2001) incorpora diversas variáveis que interagem entre si para explicar o comportamento delinvente, assim como inclui factores de risco e protecção. Esses factores estão presentes em cinco esferas da vida: biológica/genética, contexto social, forma como o ambiente é percebido

pelo sujeito, personalidade, e comportamento. Segundo este modelo, a vinculação a pares problemáticos é vista como um factor de risco, e a vinculação aos pais como um factor protector.

Já a perspectiva integrativa de Elliott (cit. in Hoge, 2001) centra-se essencialmente no compromisso e vinculação que o sujeito cria com os pais, escola e grupos sociais, que representam modelos e valores positivos. A falta destes laços promove a trajectória delinvente, já que o sujeito facilmente se vinculará a pares com comportamentos delinquentes e adoptará os seus valores. Este modelo enfatiza ainda a natureza recíproca deste processo, ou seja, se a vinculação a pares desviantes aumenta e se torna forte, os vínculos a modelos positivos deteriorar-se-ão.

Um outro modelo proposto por Dodge e Pettit (2003) defende que a predisposição biológica e o contexto sociocultural são factores de risco mediados pelas práticas parentais e os pares. As interacções entre estes factores vão ainda ser mediadas pelos processos cognitivos e emocionais do sujeito, até resultarem ou não em perturbações da conduta. Este modelo é relevante porque foca diferentes processos que geralmente são separadamente associados à delinquência. Carvalho (2007) tomando como ponto de partida o modelo psicossocial de Dodge e Pettit (2003), criou e testou empiricamente um outro modelo cujos factores diziam respeito à psicopatologia parental, vinculação, temperamento, cognição e acontecimentos de vida. O modelo defendia que os factores individuais e familiares para além de terem um efeito mediado pelos processos cognitivos, também têm um efeito directo nos problemas emocionais e comportamentais. Já o efeito da psicopatologia parental incide sobre o temperamento e vinculação e o efeito dos acontecimentos de vida é directo nos problemas emocionais e de comportamento. Os resultados mostraram que a organização da vinculação, o temperamento e os acontecimentos de vida têm um efeito directo e independente nos problemas emocionais e comportamentais.

Existem muitos outros modelos que têm em comum a tentativa de olhar a emergência de comportamentos delinquentes através da interacção de diferentes variáveis (individuais e do contexto) e da compreensão do papel de factores de risco como potenciadores desse trajecto e os factores de protecção como amortecedores da influência daqueles.

2.2.1 O Papel da Família no desenvolvimento de Comportamentos Delinquentes

Como vimos anteriormente, a família ganha desde cedo um papel crucial na compreensão da delinquência juvenil (Kury & Woessner, 2002), ela é considerada como um dos factores de maior importância envolvidos no desenvolvimento deste tipo de comportamentos (Machado, 2004). Tanto na psicologia como na criminologia, é clara a importância que as experiências e circunstâncias da infância têm no comportamento social subsequente (Kury & Woessner, 2002).

Existem diversas variáveis ligadas à família que podem estar implicadas no desenvolvimento de comportamentos delinquentes. Essas variáveis vão desde as características da família, como estatuto

socioeconómico, à relação do casal e à relação entre os pais e filhos, onde estão incluídas as práticas parentais e a vinculação (Quinsey, Skilling, Lalumière & Craig, 2004). Quinsey et. al, por exemplo, concluíram da revisão de alguns estudos, que os estilos parentais baseados na coerção e na ausência de interações positivas são importantes factores de risco para a delinquência juvenil.

Segundo Strecht (2003), os pais de jovens delinquentes são sujeitos gravemente doentes, seja a nível individual ou na relação entre eles, e são figuras geralmente ausentes, física e/ou emocionalmente. Ainda segundo o mesmo autor, o pai é habitualmente a figura ausente, o que impossibilita o jovem de se identificar com padrões masculinos de referência, no que diz respeito, por exemplo, à autoridade, regras e limites. Para Strecht, o que se passa desde o início da vida destes jovens é “(...) uma lenta e previsível caminhada para a morte.” (Strecht, 2003, p. 38).

Winnicott (1984/2005) reconhece também o papel essencial dos pais desde logo enquanto facilitadores dos processos de maturação do sujeito. Os cuidados daqueles permitem a integração da personalidade da criança e afastam a possibilidade de uma irrupção de destrutividade interna. O autor acrescenta que a família deve criar um quadro de referência para a criança, deve ser um sítio seguro onde esta se sinta livre para pôr à prova os seus impulsos destrutivos, esperando que os pais os suportem e controlem, ajudando-a assim a integrar a sua desorganização.

2.3 Comportamentos Delinquentes e Vinculação na Adolescência: estudos

Bowlby, num estudo efectuado com 44 jovens institucionalizados, caracterizou 14 deles na categoria “psicopatas vazios de afecto” (Soares, 2007, p. 22), sendo que 12 destes tinham sido precocemente privados do contacto materno.¹ Segundo o autor (Bowlby, cit. in Soares, 2007) esta categoria caracterizava-se por jovens emocionalmente distantes, solitários, e insensíveis à punição ou reconhecimento social positivo. Foi claro para Bowlby que esta era a única forma de evitarem serem magoados de novo e, por isso, fechavam-se “(...) num isolamento doloroso, traídos pela fome de amor e pela raiva da sua ausência, só lhes restava a agressão aos outros, que os tinham empurrado para esta trágica prisão interna” (Soares, 2007, p. 22).

Desde então tem sido referida, a nível teórico e empírico, a associação entre os diferentes padrões de vinculação e as perturbações de internalização e externalização, tanto na infância como adolescência (Brown & Wright; Guttman-Steinmetz & Crowell, cit. in Soares et al., 2007).

Num dos estudos da Tese de Doutoramento de Carvalho (2007), “Vinculação, Temperamento e Processamento de Informação num grupo de adolescentes com e sem perturbações emocionais e comportamentais”, os resultados respeitantes à vinculação mostraram que a maior parte dos participantes com perturbações emocionais e comportamentais apresentavam uma organização de vinculação insegura, enquanto que os participantes sem

¹ Dos outros 30 jovens não incluídos na categoria “vazio de afecto”, apenas 5 tinham sofrido tais separações, e apenas 2 casos no grupo de controlo de 44 sujeitos.

essas perturbações, apresentavam uma organização de vinculação segura. Williams e Kelley (cit. in Carvalho, 2007) também analisaram a relação entre vinculação e problemas de comportamento na adolescência. Utilizaram diferentes informadores e concluíram que uma menor segurança na vinculação ao pai era preditora de problemas de externalização. O mesmo não se verificou na vinculação à mãe. Um outro estudo de Elgar, Knight, Worrall e Sherman (2003) aponta no mesmo sentido, mostrando que as características de vinculação insegura associam com os problemas de comportamento, consumo de substâncias e mau funcionamento familiar.

Allen et al. (cit. in Born, 2003/2005), realizaram uma pesquisa com adolescentes que apresentavam um ou vários factores de risco e concluíram que a organização da vinculação na infância está ligada a muitos aspectos do funcionamento psicossocial, como a construção de relações significativas com pares, presença de problemas como depressão e ansiedade ou mesmo a presença de comportamentos delinquentes.

II - Objectivos da Investigação

O presente estudo pretende perceber de que modo determinados padrões de vinculação se ligam à frequência de comportamentos delinquentes em adolescentes. Os objectivos são:

1. Perceber se os jovens que têm maior número de comportamentos delinquentes são os que têm um padrão de vinculação mais inseguro;
2. Comparar o grupo Escola de Coimbra com o grupo Escola de Aveiro no que diz respeito ao padrão de vinculação mais frequente;
3. Comparar o grupo Escola de Coimbra com o grupo Escola de Aveiro, no que diz respeito à frequência de comportamentos delinquentes;
4. Relacionar o tipo de padrão de vinculação e o auto-conceito;
5. Relacionar a frequência de comportamentos delinquentes e o auto-conceito.

De acordo com os objectivos formulados e tendo em conta os resultados de alguns estudos, já aqui referidos, as nossas hipóteses de trabalho são:

- H1.** Existe uma relação positiva e significativa entre o padrão de vinculação inseguro e os comportamentos delinquentes;
- H2.** Existem diferenças entre os dois grupos quanto ao padrão de vinculação mais frequente, com predominância do padrão de tipo inseguro no grupo Escola de Aveiro;
- H3.** Existem diferenças entre os dois grupos quanto à frequência de comportamentos delinquentes, com maior frequência no grupo Escola de Aveiro;
- H4.** O padrão de vinculação inseguro está associado a um baixo auto-conceito;
- H5.** A maior frequência de comportamentos delinquentes está associada a um baixo auto-conceito.

III - Metodologia

1. Amostra da investigação

O presente estudo realizou-se com uma amostra de adolescentes constituída por alunos do Ensino Básico e Secundário da Escola Infanta D. Maria (Coimbra) e Escola Profissional de Aveiro. A amostra engloba 61 adolescentes divididos em dois grupos: 30 da Escola de Coimbra e 31 da Escola de Aveiro. O grupo da Escola de Aveiro é considerado o grupo de maior risco. Ainda que não exista nenhum critério objectivo para fazermos tal consideração, as informações obtidas junto da Escola Profissional de Aveiro apontam para um historial problemático destes adolescentes, que geralmente vão estudar para aquela escola quando já nenhuma outra os aceita.

Da amostra fazem parte adolescentes do sexo masculino com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos. Os sujeitos estão bem distribuídos pelas duas escolas, como mostra o Quadro 1. A média de idades total é de 16.11, sendo de 16.23 para a Escola de Coimbra e de 16 para a Escola de Aveiro (cf. Quadro 2).

Quadro 1: Distribuição da idade na amostra total, Escola de Coimbra e Escola de Aveiro

		Grupo		
		Escola Coimbra	Escola Aveiro	Total
Idade	15	4	9	13
	16	15	13	28
	17	11	9	20
Total		30	31	61

Quadro 2: Estatísticas descritivas para a idade da amostra total, Escola de Coimbra e Escola de Aveiro

Grupo	Média	N	Desvio Padrão
Escola Coimbra	16,23	30	,679
Escola Aveiro	16,00	31	,775
Total	16,11	61	,733

Ainda que as idades apenas variem entre os 15 e os 17 anos, no que diz respeito ao ano escolar os adolescentes distribuem-se entre o 7º e o 12º anos. Apesar de na Escola de Coimbra não existirem sujeitos no 7º e 8º anos e na Escola de Aveiro não existirem sujeitos no 11º e 12º anos (cf. Quadro 3), as médias de ambas as escolas rondam o 10º ano: 10.70 para a Escola de Coimbra e 9.29 para a Escola de Aveiro (cf. Quadro 4).

Quadro 3: Distribuição do ano escolar na amostra total, Escola de Coimbra e Escola de Aveiro

			Grupo		
			Escola Coimbra	Escola Aveiro	Total
AnoEscolar	7	Count	0	2	2
		%within AnoEscolar	,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	,0%	3,3%	3,3%
8	Count	0	2	2	
	% within AnoEscolar	,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	,0%	3,3%	3,3%	
9	Count	2	12	14	
	% within AnoEscolar	14,3%	85,7%	100,0%	
	% of Total	3,3%	19,7%	23,0%	
10	Count	7	15	22	
	% within AnoEscolar	31,8%	68,2%	100,0%	
	% of Total	11,5%	24,6%	36,1%	
11	Count	19	0	19	
	% within AnoEscolar	100,0%	,0%	100,0%	
	% of Total	31,1%	,0%	31,1%	
12	Count	2	0	2	
	% within AnoEscolar	100,0%	,0%	100,0%	
	% of Total	3,3%	,0%	3,3%	
Total	Count	30	31	61	
	% within AnoEscolar	49,2%	50,8%	100,0%	
	% of Total	49,2%	50,8%	100,0%	

Quadro 4: Estatísticas descritivas para o ano escolar da amostra total, Escola de Coimbra e Escola de Aveiro

Grupo	Média	N	Desvio Padrão
Escola Coimbra	10,70	30	,702
Escola Aveiro	9,29	31	,864
Total	9,98	61	1,057

No que diz respeito ao agregado familiar, e como mostra o Quadro 5, a maior parte dos adolescentes, tanto da Escola de Coimbra como da Escola de Aveiro, vive com os “pais” (10 sujeitos) ou com os “pais e irmão(s)” (39 sujeitos) – cerca de 80%.

Quadro 5: Distribuição do tipo de agregado familiar na amostra total, Escola de Coimbra e Escola de Aveiro

		Grupo		Total
		Escola Coimbra	Escola Aveiro	
Agregado Familiar	Mãe	0	3	3
	Pais	5	5	10
	Pais e irmão(s)	22	17	39
	Mãe e Irmão(s)	1	1	2
	Pais, Irmão(s) e Avó(s)	1	3	4
	Pais e Avó(s)	1	0	1
	Prima	0	1	1
	Tios e Primos	0	1	1
Total		30	31	61

2. Variáveis e Instrumentos

As variáveis em estudo são: o Padrão de Vinculação, a frequência de Comportamentos Delinquentes e o Auto-Conceito, este último apenas para um grupo da amostra (Escola de Aveiro). Para avaliar o padrão de vinculação utilizou-se o IVIA (Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência). Para registo da frequência e tipo de Comportamentos Delinquentes utilizou-se um Questionário de auto-resposta relativo a Comportamentos Anti-sociais. Por fim, o Auto-Conceito foi avaliado pelo Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC). A adicionar temos os dados do Questionário Sócio-Demográfico.

2.1 Questionário Sócio-Demográfico

Entre as informações requeridas pelo questionário, encontravam-se: a idade, ano escolar, agregado familiar e figura de suporte do jovem.

2.2 Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência (IVIA) (Carvalho, 2007):

Este inventário foi desenvolvido por Carvalho num estudo com 577 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, e com idades compreendidas entre os 7 e 17 anos. Foi desenvolvida uma versão de auto-avaliação e outra de hetero-avaliação para os progenitores. A versão final de auto-avaliação é composta por 24 itens, quando aplicada juntamente com a versão de hetero-avaliação, ou por 37 itens, quando aplicada isoladamente, que é o caso do presente estudo.

Os itens abrangem um conjunto de comportamentos e representações da vinculação em relação aos quais o sujeito tem de avaliar a frequência com que os experiencia. Para tal tem uma escala de 5 pontos

(“nunca” a “sempre”).

No estudo foi analisada a estrutura factorial do IVIA, através de análises factoriais com rotação varimax, das quais resultaram três factores: Factor 1 – Vinculação Segura, que diz respeito à confiança nos outros e nas próprias capacidades, explicando 18% da variância total; Factor 2 – Vinculação Ansiosa/Ambivalente, que avalia a apreensão e as preocupações com os relacionamentos, explicando 17% da variância total; Factor 3– Vinculação Evitante, que avalia a dependência e evitação, explicando 8% da variância total. Mais tarde, Carvalho realizou um segundo estudo com objectivo de replicar esta estrutura factorial na versão de auto-avaliação do IVIA. Da amostra fizeram parte 320 crianças e adolescentes, com idades compreendidas entre os 10 e 17 anos. De novo, o modelo que melhor se ajustou foi o tridimensional já obtido anteriormente.

No que se refere à consistência interna, os α de Cronbach para a vinculação segura, ansiosa/ambivalente e evitante, são respectivamente: .83, .85, e .71, o que revela uma boa consistência interna.

Na versão de 37 itens, o Factor 1 tem 14 itens², o Factor 2 tem 13³ itens, e o Factor 3 tem 10 itens⁴. A cotação é feita através da soma das respostas segundo cada dimensão da vinculação. Para a vinculação segura a pontuação vai de 14 a 70, para a vinculação ansiosa/ambivalente a pontuação vai de 13 a 65 e para a vinculação evitante a pontuação vai de 10 a 50. Uma pontuação elevada numa dada dimensão indica que o sujeito funciona normalmente segundo esse padrão de vinculação.

2.3 Questionário de auto-resposta, relativo a Comportamentos Anti-sociais (Fonseca, 1992):

Este questionário é uma adaptação feita por Fonseca, do questionário de Loeber et al. (1989, cit. in Fonseca 1992), onde o próprio sujeito indica a frequência com que realizou determinados comportamentos anti-sociais. Da versão original faziam parte 33 itens, aos quais se juntaram mais três na versão portuguesa. Estes itens referem-se a comportamentos anti-sociais frequentemente relatados em estudos com crianças e adolescentes (“tratar mal as outras pessoas”, “fazer mal aos animais” e “ameaçar as outras crianças”).

Também a nível formal o questionário sofreu alterações na versão portuguesa. Para cada item referente a um comportamento anti-social específico o sujeito tem de responder a duas questões. Num primeiro momento deve situar-se numa escala de três pontos (“nunca”, “uma ou duas vezes” ou “várias vezes”) referente aos últimos 12 meses. E de seguida, deve referir se já praticou esse comportamento alguma vez na vida. Segundo Fonseca fazer esta distinção permite representar com maior rigor o tempo a que os comportamentos dizem respeito.

Por fim, a adaptação realizou-se em três momentos distintos. O primeiro momento consistiu na tradução e retroversão da escala, de forma a

² Itens 5, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 23, 27, 31, 32, 33, 35 e 36.

³ Itens 4, 7, 9, 11, 12, 18, 20, 22, 25, 26, 29, 30 e 37.

⁴ Itens 1, 2, 3, 5, 13, 19, 21, 24, 28 e 34.

obter um conteúdo equivalente em ambas as versões. De seguida administrou-se o questionário a crianças da escola primária, para verificar se os itens estavam formulados de maneira a serem compreendidos. Finalmente, aplicou-se o questionário a 911 alunos do concelho de Coimbra, com idades compreendidas entre os 8 e 17 anos.

Para testar a validade discriminante compararam-se os resultados de alunos de escolas normais ($n=892$), com aqueles de crianças e adolescentes enviados para um centro de observação anexo ao tribunal de menores ($n=19$). Encontrou-se uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos [$F(1,909)=113,49$, $p<.00$], com o segundo grupo a obter frequências mais elevadas. No que diz respeito à validade concorrente, analisou-se a correlação entre os resultados de um grupo de alunos da escola primária ($n=38$) e os resultados desse mesmos alunos na versão portuguesa do questionário de Rutter para professores (Azevedo et al., 1986, cit. in Fonseca, 1992). A correlação obtida foi modesta [$r(38)=.26$], contudo os resultados estão de acordo com outros obtidos em estudos com várias fontes de informação (Achenbach et al., 1987, cit. in Fonseca, 1995). Uma das hipóteses que se levanta é que os questionários provavelmente se referem a comportamentos que ocorrem em situações diferentes.

2.4 Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC) (Vaz Serra, 1986; Vaz Serra, 1995):

Este inventário foi desenvolvido por Vaz Serra, e pretende avaliar os aspectos emocionais e sociais do auto-conceito. Na sua versão final, é composto por 20 itens, e para cada um o sujeito deve situar-se numa escala de 1 a 5 (“não concordo” a “concordo muitíssimo”). A cotação faz-se através da soma das respostas, e quanto maior a pontuação, melhor é o auto-conceito do indivíduo (Vaz Serra, 1986).

O estudo de desenvolvimento do inventário foi realizado com 920 sujeitos da “população normal”, com idades que iam desde os 15 a superiores a 60. Segundo a análise estatística, no que diz respeito à consistência interna, o coeficiente de Spearman-Brown foi de .791 ($n=920$), o que revelou uma boa consistência interna. A correlação teste/reteste (mínimo de quatro semanas de intervalo) foi de .838 ($n=108$), o que indica estabilidade temporal. Os resultados também apontam para uma boa validade de constructo, com uma correlação de .466 ($n=920$) entre a classificação pessoal e a nota global da escala (Vaz Serra, 1986).

Por fim, uma análise dos componentes principais, seguida de uma rotação ortogonal, revelou a existência de seis factores que explicam 53.42% da variância total. Factor 1⁵: “aceitação/rejeição social”, explica 20.12%; Factor 2⁶: “auto-eficácia”, explica 9.01%; Factor 3⁷: “maturidade psicológica”, explica 6.97%; Factor 4⁸: “impulsividade-actividade”, explica 6.20%. Os factores 5 e 6 são factores mistos, sem designação específica, que explicam 11.12% (Vaz Serra, 1995).

⁵ Itens 1, 4, 9, 16 e 17

⁶ Itens 3, 5, 8, 11, 18 e 20

⁷ Itens 2, 6, 7 e 13

⁸ Itens 10, 15 e 19

Ainda que tenha sido construído com o objectivo de ser utilizado na prática clínica, este inventário dá-nos uma ideia do bom ou mau ajustamento do sujeito, sendo que o inventário se refere à maneira de ser habitual do sujeito, e não a um estado transitório em que se encontre (Vaz Serra, 1995).

3. Procedimentos de investigação

Este projecto de investigação contempla um estudo correlacional e comparativo: pretende-se analisar a relação entre variáveis e as diferenças entre grupos.

Num primeiro momento o projecto foi elaborado de forma a obter uma amostra dividida em dois grupos: um de uma escola pública, outro de uma instituição de reinserção social. O pedido de autorização para a aplicação do protocolo num Instituto de Reinserção Social revelou-se um processo moroso, pelo que acabámos por modificar o projecto.

Resolvemos dividir a amostra por duas escolas, uma considerada não problemática e outra considerada problemática. Após a autorização do Ministério da Educação e dos Directores de ambas as escolas, enviámos 50 protocolos para a Escola Infanta D. Maria (Coimbra). Já depois de recolhidos os dados na Escola de Coimbra pensámos ser interessante acrescentar ao protocolo o Inventário Clínico de Auto-Conceito, já que o auto-conceito é frequentemente associado à vinculação. Assim, enviámos outros 50 protocolos, já com o inventário, para a Escola Profissional de Aveiro. Os protocolos foram administrados pelos professores das escolas, e destinavam-se a qualquer adolescente rapaz com idade compreendida entre os 15 e os 17 anos.

Dos 100 protocolos enviados, recebemos cerca de 90, dos quais, devido a erros de preenchimento, apenas foram validados 61: 30 protocolos da Escola de Coimbra e 31 da Escola de Aveiro. A amostra encontra-se dividida em dois grupos segundo a Escola, sendo considerado o grupo de maior risco o da Escola de Aveiro, já que muitos dos alunos foram expulsos de outras escolas devido ao seu comportamento e alguns já tiveram mesmo problemas com a justiça.

Tentámos também perceber se o auto-conceito está relacionado com a frequência de comportamentos delinquentes. Apenas os alunos da Escola de Aveiro responderam a este inventário.

4. Análise dos dados

Na análise estatística recorreu-se ao software para tratamento estatístico de dados SPSS, versão 15.0.

Num primeiro momento efectuou-se a análise descritiva a todas as variáveis em estudo. Foram calculadas médias e desvios padrões para todas as variáveis numéricas e frequências e percentagens para todas as variáveis categoriais (Reis, 2000).

Na análise inferencial foram assumidas como diferenças estatisticamente significativas entre variáveis ou grupos aquelas quando se possuía um valor de probabilidade associado de pelo menos .05 (Howell, 2006).

Quando se pretendeu verificar a existência de diferenças entre uma variável independente com duas categorias e uma variável dependente numérica efectuaram-se testes t de Student para amostras independentes (Howell, 2006).

Para perceber a associação entre duas medidas numéricas foram calculadas correlações através do Coeficiente de correlação de Pearson (Howell, 2006), inclusivamente quando o número de sujeitos era reduzido com o objectivo de facilitar a leitura através da manutenção do mesmo teste.

IV - Resultados

Apresentam-se de seguida os resultados da análise estatística, descritos segundo os diferentes objectivos deste trabalho de investigação. Num primeiro momento fez-se uma análise das frequências dos comportamentos delinquentes para os diferentes grupos da amostra, depois procede-se à análise das diferenças entre os grupos e, por fim, analisamos as correlações entre as variáveis.

1. Comportamentos anti-sociais/delinquentes: estudo de ocorrência em dois grupos

Numa primeira abordagem ao estudo dos comportamentos delinquentes ou anti-sociais dos adolescentes que compõem a nossa amostra optámos por fazer uma análise por grupo aos itens do instrumento de auto-resposta, considerando a frequência de manifestação destes comportamentos nos últimos 12 meses e as categorias de resposta que implicavam a existência do mesmo (1 ou 2 vezes ou várias vezes nos últimos 12 meses). Este mesmo procedimento foi adoptado por Fonseca (1992) para alunos do ensino básico e secundário de escolas de Coimbra.

Numa primeira leitura é possível constatar que o grupo de alunos da Escola de Aveiro apresenta um número superior de alunos a afirmar ter manifestado a maioria dos comportamentos avaliados. Dos 36 comportamentos do questionário, em 27 o número de alunos da Escola de Aveiro a afirmar a sua ocorrência é superior aos da Escola de Coimbra (cf. Quadros 6.1 e 6.2). Por sua vez, estes apresentam um maior número de alunos em 5 dos comportamentos (especificamente, “copiar nos testes”, “cheirar ou aspirar gás”, “pintar nas paredes”, “beber vinho” e “roubar o saco ou a carteira”) (cf. Quadros 6.1 e 6.2). Aspectos como “roubar outras coisas em casa”, “roubar na escola” e “ameaçar outras crianças” foram assumidos pelo mesmo número de alunos em cada um dos grupos (cf. Quadros 6.1 e 6.2).

Quadro 6.1: Distribuição de frequências de comportamentos anti-sociais dentro de cada um dos grupos em análise, para as respostas nos últimos 12 meses.

Itens	Grupos											
	Escola de Coimbra (n=30; 49.2%)					Escola de Aveiro (n=31; 50.8%)						
	1 ou 2 vezes		Várias vezes		Total	1 ou 2 vezes		Várias vezes		Total		
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1 Danos em casa	6	85.7	1	14.3	7	100.0	5	62.5	3	37.5	8	100.0
2 Danos na escola	5	100.0	-	-	5	100.0	8	80.0	2	20.0	10	100.0
3 Outros danos	6	85.7	1	14.3	7	100.0	11	73.3	4	26.7	15	100.0
4 Roubar bicicleta ou rádio	1	100.0	-	-	1	100.0	2	66.7	1	33.3	3	100.0
5 Roubar numa loja	3	100.0	-	-	3	100.0	3	50.0	3	50.0	6	100.0
6 Roubar dinheiro em casa	2	66.7	1	33.3	3	100.0	4	80.0	1	20.0	5	100.0
7 Roubar outras coisas em casa	-	-	1	100.0	1	100.0	1	100.0	-	-	1	100.0
8 Roubar na escola	1	50.0	1	50.0	2	100.0	2	100.0	-	-	2	100.0
9 Roubar doutros locais	3	100.0	-	-	3	100.0	5	71.4	2	28.6	7	100.0
10 Tirar dum carro	1	100.0	-	-	1	100.0	1	50.0	1	50.0	2	100.0
11 Copiar nos testes	17	60.7	11	39.3	28	100.0	17	70.8	7	29.2	24	100.0
12 Bater em adultos na escola	-	-	-	-	-	-	3	100.0	-	-	3	100.0
13 Bater nos pais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14 Bater nos colegas	4	80.0	1	20.0	5	100.0	10	66.7	5	33.3	15	100.0
15 Bater nos irmãos	1	20.0	4	80.0	5	100.0	3	50.0	3	50.0	6	100.0
16 Entrar em zonas proibidas	9	64.3	5	35.7	14	100.0	11	73.3	4	26.7	15	100.0
17 Fugir de casa	1	100.0	-	-	1	100.0	2	100.0	-	-	2	100.0
18 Faltar à escola	10	55.6	8	44.4	18	100.0	14	60.9	9	39.1	23	100.0
19 Beber cerveja	10	41.7	14	58.3	24	100.0	10	37.0	17	63.0	27	100.0

Quadro 6.2: Distribuição de frequências de comportamentos anti-sociais dentro de cada um dos grupos em análise, para as respostas 1 ou 2 vezes e várias vezes nos últimos 12 meses.

Itens	Grupos											
	Escola de Coimbra (n=30; 49.2%)					Escola de Aveiro (n=31; 50.8%)						
	1 ou 2 vezes		Várias vezes		Total	1 ou 2 vezes		Várias vezes		Total		
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
20 Beber vinho	8	47.1	9	52.9	17	100.0	6	75.0	2	25.0	8	100.0
21 Beber licor	7	43.8	9	56.3	16	100.0	12	63.2	7	36.8	19	100.0
22 Fumar tabaco	4	40.0	6	60.0	10	100.0	7	30.4	16	69.6	23	100.0
23 Fumar droga	4	57.1	3	42.9	7	100.0	4	44.4	5	55.6	9	100.0
24 Cheirar ou aspirar gás ou cola	5	83.3	1	16.7	6	100.0	3	75.0	1	25.0	4	100.0
25 Expulsão da escola	-	-	-	-	-	-	1	100.0	-	-	1	100.0
26 Pintar nas paredes	6	85.7	1	14.3	7	100.0	3	50.0	3	50.0	6	100.0
27 Causar desordens em público	3	75.0	1	25.0	4	100.0	7	70.0	3	30.0	10	100.0
28 Pegar fogo	2	100.0	-	-	2	100.0	2	66.7	1	33.3	3	100.0
29 Trazer arma escondida	-	-	1	100.0	1	100.0	5	100.0	-	-	5	100.0
30 Entrar num edificio para roubar	-	-	1	100.0	1	100.0	2	100.0	-	-	2	100.0
31 Não pagar o bilhete devido	3	50.0	3	50.0	6	100.0	6	60.0	4	40.0	10	100.0
32 Roubar o saco ou a carteira	1	50.0	1	50.0	2	100.0	-	-	-	-	-	-
33 Atirar objectos às pessoas	5	71.4	2	28.6	7	100.0	9	64.3	5	35.7	14	100.0
34 Fazer sofrer animais	1	50.0	1	50.0	2	100.0	3	100.0	-	-	3	100.0
35 Ameaçar outras crianças	1	25.0	3	75.0	4	100.0	3	75.0	1	25.0	4	100.0
36 Tratar mal as outras pessoas	2	33.3	4	66.7	6	100.0	14	93.3	1	6.7	15	100.0

Para analisar os itens mais e menos frequentes, foi tida em conta a soma do número de alunos que assumiu o comportamento 1 ou 2 vezes com o número de alunos que assumiu tê-lo praticado várias vezes nos últimos 12 meses. Os itens mais frequentes em ambas as escolas são: “beber licor” ($n=16$ e 19 ; $>50\%$), “faltar à escola” ($n=18$ e 23 ; $>60\%$), “copiar nos testes” ($n=28$ e 24 ; $>70\%$) e “beber cerveja” ($n=24$ e 27 ; $>80\%$) (cf. Quadros 6.1 e 6.2). Na Escola de Coimbra destaca-se ainda o item “beber vinho” ($n=17$; 56.7%), enquanto que na Escola de Aveiro o item “fumar tabaco” apresenta uma percentagem superior a 70% ($n=23$) (cf. Quadro 6.2).

No que diz respeito aos itens menos escolhidos pelos alunos e dado que existem vários itens com baixa frequência, optámos por destacar aqueles que têm uma percentagem inferior a 5% ($n=1$). Os itens “roubar outras coisas em casa” e “expulsão da escola” são os itens menos frequentes em ambas as escolas (cf. Quadros 6.1 e 6.2). Contudo, ao contrário da Escola de Aveiro, na Escola de Coimbra os itens “roubar bicicleta ou rádio”, “tirar dum carro”, “fugir de casa”, “trazer arma escondida” e “entrar num edifício para roubar” também obtiveram uma percentagem inferior a 5% ($n=1$) (cf. Quadros 6.1 e 6.2).

Outro aspecto que merece alguma atenção será o transporte de arma escondida, em que 1 aluno da escola de Coimbra afirma tê-lo feito várias vezes no último ano e 5 alunos da escola de Aveiro afirmam ter trazido 1 a 2 vezes no mesmo período de tempo (cf. Quadro 6.2).

O item “bater nos pais” destaca-se por não ser assumido por nenhum dos alunos em ambas as escolas (cf. Quadro 6.1).

O estudo das frequências destes comportamentos considerando a sua ocorrência no período de vida dos sujeitos permitiu-nos verificar que também para esta medida existe um número superior de alunos da escola de Aveiro que referem tê-los manifestado. Assim, 28 dos 36 comportamentos são mais frequentes neste grupo de alunos, com percentagens superiores a 50% em 11 deles (cf. Quadros 7.1 e 7.2).

No grupo da escola de Coimbra revelam-se mais frequentes, quando comparados com os seus colegas, os comportamentos “bater nos irmãos”, “beber vinho”, “cheirar ou aspirar gás” e “pintar nas paredes” (cf. Quadros 7.1 e 7.2).

De novo, o item “bater nos pais” não foi assumido por nenhum dos alunos em ambas as escolas (cf. Quadro 7.1).

Nos itens mais frequentes, destacam-se aqueles relacionados com o consumo de substâncias. Concretizando, mais de 80% dos alunos em ambas as escolas afirmam ter bebido cerveja ($n=26$; 86.7% ; $n=27$; 87.1%), mais de 60% afirmam ter bebido licor, e cerca de 50% dos alunos da Escola de Coimbra e 80% dos alunos da Escola de Aveiro afirmam ter fumado tabaco (cf. Quadro 7.1). Na Escola de Coimbra 66.7% dos alunos assumiram já ter bebido vinho, e na Escola de Aveiro 38.7% afirmam já ter fumado droga (cf. Quadro 7.1).

Outros resultados interessantes dizem respeito aos itens ligados aos comportamentos respectivos à relação com os outros, em que mais de 50% dos alunos da Escola de Aveiro afirma já ter batido nos colegas ($n=22$;

71%), ter atirado objectos às pessoas ($n=16$; 51.6%), e ter tratado mal outras pessoas ($n=19$; 61.3%) (cf. Quadros 7.1 e 7.2).

Quadro 7.1: Distribuição de frequências de comportamentos anti-sociais ocorridos alguma vez na vida dentro de cada um dos grupos em análise, para as respostas referentes a alguma vez na vida.

Itens	Grupos											
	Escola de Coimbra (n=30; 49.2%)						Escola de Aveiro (n=31; 50.8%)					
	Não		Sim		Total		Não		Sim		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 Danos em casa	14	46.7	16	53.3	30	100.0	10	32.2	21	67.7	31	100.0
2 Danos na escola	17	56.7	13	43.3	30	100.0	10	32.2	21	67.7	31	100.0
3 Outros danos	18	60.0	12	40.0	30	100.0	9	29.0	22	71.0	31	100.0
4 Roubar bicicleta ou rádio	29	96.7	1	3.3	30	100.0	25	80.6	6	19.4	31	100.0
5 Roubar numa loja	21	70.0	9	30.0	30	100.0	22	71.0	9	29.0	31	100.0
6 Roubar dinheiro em casa	24	80.0	6	20.0	30	100.0	23	74.2	8	25.8	31	100.0
7 Roubar outras coisas em casa	29	96.7	1	3.3	30	100.0	30	96.8	1	3.2	31	100.0
8 Roubar na escola	27	90.0	3	10.0	30	100.0	25	80.6	6	19.4	31	100.0
9 Roubar doutros locais	25	83.3	5	16.7	30	100.0	24	77.4	7	22.6	31	100.0
10 Tirar dum carro	29	96.7	1	3.3	30	100.0	28	90.3	3	9.7	31	100.0
11 Copiar nos testes	2	6.7	28	93.3	30	100.0	-	-	31	100.0	31	100.0
12 Bater em adultos na escola	30	100.0	-	-	30	100.0	26	83.9	5	16.1	31	100.0
13 Bater nos pais	30	100.0	-	-	30	100.0	31	100.0	-	-	31	100.0
14 Bater nos colegas	21	70.0	9	30.0	30	100.0	9	29.0	22	71.0	31	100.0
15 Bater nos irmãos	18	60.0	12	40.0	30	100.0	21	67.7	10	32.3	31	100.0
16 Entrar em zonas proibidas	11	36.7	19	63.3	30	100.0	9	29.0	22	71.0	31	100.0
17 Fugir de casa	29	96.7	1	3.3	30	100.0	27	87.1	4	12.9	31	100.0
18 Faltar à escola	8	26.7	22	73.3	30	100.0	5	16.1	26	83.9	31	100.0
19 Beber cerveja	4	13.3	26	86.7	30	100.0	4	12.9	27	87.1	31	100.0
20 Beber vinho	10	33.3	20	66.7	30	100.0	17	54.8	14	45.2	31	100.0
21 Beber licor	11	36.7	19	63.3	30	100.0	10	32.2	21	67.7	31	100.0

Quadro 7.2: Distribuição de frequências de comportamentos anti-sociais ocorridos alguma vez na vida dentro de cada um dos grupos em análise, para as respostas referentes a alguma vez na vida.

Itens	Grupos											
	Escola de Coimbra (n=30; 49.2%)						Escola de Aveiro (n=31; 50.8%)					
	Não		Sim		Total		Não		Sim		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
22 Fumar tabaco	15	50.0	15	50.0	30	100.0	6	19.4	25	80.6	31	100.0
23 Fumar droga	21	70.0	9	30.0	30	100.0	19	61.3	12	38.7	31	100.0
24 Cheirar ou aspirar gás ou cola	23	76.7	7	23.3	30	100.0	25	80.6	6	19.4	31	100.0
25 Expulsão da escola	30	100.0	-	-	30	100.0	27	87.1	4	12.9	31	100.0
26 Pintar nas paredes	14	46.7	16	53.3	30	100.0	19	61.3	12	38.7	31	100.0
27 Causar desordens em público	25	83.3	5	16.7	30	100.0	20	64.5	11	35.5	31	100.0
28 Pegar fogo	27	90.0	3	10.0	30	100.0	26	83.9	5	16.1	31	100.0
29 Trazer arma escondida	29	96.7	1	3.3	30	100.0	26	83.9	5	16.1	31	100.0
30 Entrar num edifício para roubar	28	93.3	2	6.7	30	100.0	28	90.3	3	9.7	31	100.0
31 Não pagar o bilhete devido	18	60.0	12	40.0	30	100.0	17	54.8	14	45.2	31	100.0
32 Roubar o saco ou a carteira	27	90.0	3	10.0	30	100.0	28	90.3	3	9.7	31	100.0
33 Atirar objectos às pessoas	16	53.3	14	46.7	30	100.0	15	48.4	16	51.6	31	100.0
34 Fazer sofrer animais	27	90.0	3	10.0	30	100.0	26	83.9	5	16.1	31	100.0
35 Ameaçar outras crianças	26	86.7	4	13.3	30	100.0	21	67.7	10	32.3	31	100.0
36 Tratar mal as outras pessoas	18	60.0	12	40.0	30	100.0	12	38.7	19	61.3	31	100.0

2. Diferenças entre grupos: medidas de comportamento delinvente e padrões de vinculação

A comparação dos dois grupos de alunos relativamente às medidas de comportamento delinvente permitem-nos perceber que a média dos alunos

da Escola de Aveiro é sempre mais elevada. Contudo, a aplicação do teste estatístico não encontrou diferenças estatisticamente significativas (cf. Quadro 8).

Relativamente às medidas de vinculação a comparação entre os dois grupos permitiu observar pontuações muito semelhantes, e sem significância estatísticas, na pontuação nos estilos de vinculação insegura (ansiosa/ambivalente e evitante). No entanto, relativamente ao estilo seguro, foi possível compreender que os alunos da Escola de Coimbra apresentam uma média superior que os da Escola de Aveiro e essa diferença é estatisticamente significativa [$t_{(59)}=2.471, p=.016$] (cf. Quadro 8).

Quadro 8: Médias e desvios-padrão das quatro medidas de comportamento delinquente e estilos de vinculação em função do grupo de pertença. Teste t de Student para verificação das diferenças.

Medidas	Grupo/escola	N	Média	Desvio padrão	t	p
Comportamentos delinquentes						
No último ano	Coimbra	30	46.67	8.91	1.207	.232
	Aveiro	31	49.58	9.92		
Alguma vez na vida	Coimbra	30	10.97	6.19	1.908	.061
	Aveiro	31	14.06	6.48		
Estilo de vinculação						
Segura	Coimbra	30	57.17	6.50	2.471	.016
	Aveiro	31	52.71	7.53		
Ansiosa/ambivalente	Coimbra	30	32.13	9.38	.297	.768
	Aveiro	31	32.87	10.03		
Evitante	Coimbra	30	29.73	4.73	.076	.939
	Aveiro	31	29.65	4.27		

3. Estudo da relação entre variáveis de comportamento delinquente, padrões de vinculação e auto-conceito

O estudo da relação entre as medidas de vinculação e os comportamentos delinquentes permite-nos verificar a existência de uma correlação negativa e estatisticamente significativa entre a pontuação na vinculação segura e o número de comportamentos delinquentes expressos alguma vez na vida [$r_{(N=61)}=-.270, p<.05$] (cf. Quadro 9). Este resultado explica-se no facto de que os indivíduos que pontuaram mais alto na vinculação segura são os que pontuaram mais baixo nos comportamentos anti-sociais assumidos alguma vez na vida.

Relativamente às restantes medidas de vinculação e de comportamentos anti-sociais não existem outras associações estatisticamente significativas (cf. Quadro 9).

Quadro 9: Coeficiente de correlação Pearson (r) entre os estilos de vinculação e os comportamentos delinquentes (n=61).

	Comportamentos delinquentes	
	No último ano	Alguma vez na vida
Vinculação segura	-.144	-.270*
Vinculação ansiosa/ambivalente	.094	.140
Vinculação evitante	.071	.124

* $p < .050$

No grupo de alunos da Escola de Aveiro, além das medidas anteriormente referidas, aplicou-se uma escala de auto-conceito de estrutura multidimensional. Neste sentido, realizou-se o estudo das correlações entre as variáveis de comportamento delincente ou anti-social, as de vinculação e as diferentes medidas de auto-conceito (cf. Quadro 10).

Esta análise permitiu observar que a vinculação segura tem um papel importante nas quatro dimensões do auto-conceito, assim como na medida global. Assim, a relação entre o nível de vinculação segura e a aceitação/rejeição social revelou-se a mais elevada [$r_{(N=31)}=.693$, $p < .01$], seguindo-se a relação com a pontuação global da escala [$r_{(N=31)}=.673$, $p < .01$], e a maturidade psicológica [$r_{(N=31)}=.639$, $p < .01$]. As correlações mais baixas, mas igualmente bastante significativas, foram observadas com os factores impulsividade actividade [$r_{(N=31)}=.693$, $p < .01$] e auto-eficácia [$r_{(N=31)}=.541$, $p < .01$] (cf. Quadro 10).

Na relação entre o auto-conceito e as medidas de comportamento anti-social não se verificou a existência de uma associação destas com a pontuação global da escala de auto-conceito. Contudo, obtivemos um resultado particularmente interessante: a expressiva associação entre a dimensão impulsividade/actividade a ambas as medidas de comportamento delincente. Efectivamente existe uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre a referida dimensão do auto-conceito e o número de comportamentos anti-sociais expressos nos últimos 12 meses [$r_{(N=31)}=.432$, $p < .05$], assim como com os expressos alguma vez na vida [$r_{(N=31)}=.426$, $p < .05$] (cf. Quadro 10).

Uma dimensão que parece poder apresentar algum poder explicativo, com valores que dado o número reduzido de efectivos da amostra não se apresentaram estatisticamente significativos, é a aceitação/rejeição social. Este factor teve correlações negativas entre .20 e .40, consideradas moderadas de acordo com a convenção de Cohen (Cohen, Cohen, West & Aiken, 2002), com os comportamentos delinquentes. Estes valores apontam para a existência de uma relação moderada, no sentido proporcionalmente inverso entre estas as duas dimensões (cf. Quadro 10).

Quadro 10: Coeficiente de correlação Pearson (r) entre os estilos de vinculação e comportamentos delinquentes e dimensões do auto-conceito para o grupo da escola de Aveiro (n=31).

	Aceitação/ rejeição social	Auto- eficácia	Medidas de auto-conceito		Pontuação global
			Maturidade psicológica	Impulsividade - Actividade	
Vinculação segura	.693**	.541**	.639**	.468**	.673**
Vinculação ansiosa/ambiva lene	-.158	.191	-.040	-.012	.022
Vinculação evitante	-.285	.049	-.236	-.036	.172
Comportamentos delinquentes no último ano	-.248	.072	-.002	.432*	-.014
Comportamentos delinquentes alguma vez na vida	-.229	-.002	-.154	.426*	-.067

** p<.010; * p<.050

V - Discussão

Nesta secção os resultados irão ser analisados tendo em conta as hipóteses previamente colocadas e interpretados à luz da revisão da literatura. Começaremos por analisar as frequências do comportamento delincente e iremos comparar os resultados do nosso estudo com aquele efectuado por Fonseca (1992) com alunos do ensino básico e secundário de escolas de Coimbra. De seguida analisaremos a relação entre as variáveis vinculação e comportamento delincente, as diferenças entre os grupos e, por fim, as correlações entre vinculação, comportamento delincente e auto-conceito para o grupo da Escola de Aveiro.

1. Frequência dos comportamentos delinquentes: comparação com o estudo de Fonseca (1992)

Os resultados do nosso estudo mostram que os comportamentos delinquentes avaliados estão generalizados em ambas as escolas, o que está de acordo com os resultados obtidos em outras investigações que utilizaram questionários de auto-resposta (Arnett; Loeber, cit. in Leas & Mellor, 2000; Fonseca, 1992), e que se explica também por muitos dos itens corresponderem a comportamentos anti-sociais triviais (Fonseca, 1992).

No estudo que Fonseca (1992) realizou com este questionário relativo a comportamentos anti-sociais, a amostra compreendia 911 alunos de escolas de Coimbra, com idades entre os 8 e os 17 anos. No quadro 11 apresenta-se a comparação das percentagens entre o estudo de Fonseca e o presente estudo, para os itens que foram considerados mais frequentes no primeiro.

Esses itens dizem respeito aos roubos em casa, consumo de álcool, bater nos irmãos ou colegas, copiar nos testes, faltar à escola, causar danos na escola, tratar mal outras pessoas e pintar as paredes (Fonseca, 1992) (cf. Quadro 11). A comparação é feita tendo em conta a amostra total do nosso estudo ($n=61$) e a parte da amostra correspondente ao ensino secundário do estudo de Fonseca ($n=205$) (cf. Quadro 11). São comparadas as somas das frequências relativas aos comportamentos adoptados 1 ou 2 vezes e várias vezes nos últimos 12 meses.

Os itens mais frequentes no nosso estudo (“copiar nos testes”, “faltar à escola”, “beber cerveja”, “beber licor” e “fumar tabaco”) correspondem aos itens mais frequentes no estudo de Fonseca, mas as percentagens do nosso estudo são sempre superiores para estes itens (cf. Quadro 11), o que pode ser explicado pelo tamanho da amostra. O item onde se verificou a maior discrepância foi “roubar outras coisas em casa”, com 3.3% da amostra deste estudo e 59% dos alunos do secundário do estudo de Fonseca a afirmarem tê-lo feito (cf. Quadro 11).

No que se refere aos itens menos frequentes no estudo de Fonseca, num deles encontramos uma discrepância, quando comparamos com os nossos resultados, que poderá ser relevante. O comportamento em questão é o consumo de drogas, que teve uma percentagem de 3.9% para os alunos do secundário da amostra de Fonseca e de 26.2% na nossa amostra (cf. Quadro 12).

Quadro 11: Comparação entre os itens mais frequentes do estudo de Fonseca (1992), para o secundário, e os resultados deste estudo nesses mesmos itens

Itens	Amostra Total (n=61)		Fonseca (1992) (n=205)
	1 ou 2 vezes + várias vezes		1 ou 2 vezes + várias vezes
	N	%	%
2 – Danos na Escola	15	24,6	27,2
6 – Roubar dinheiro em casa	8	13,1	34,3
7 – Roubar outras coisas em casa	2	3,3	59
11 – Copiar nos testes	52	85,3	82,9
14 – Bater nos colegas	20	32,8	55,6
15 – Bater nos irmãos	11	18	60
16 – Entrar em zonas proibidas	29	47,5	39,2
18 – Faltar à escola	41	67,2	59
19 – Beber cerveja	51	83,6	36,6
20 – Beber vinho	25	41	19,1
21 – Beber licor	35	57,4	24,4
22 – Fumar tabaco	33	54,1	29,3
26 – Pintar nas paredes	13	21,3	27,3
36 – Tratar mal outras pessoas	21	34,4	31,7

Quadro 12: Comparação entre os itens menos frequentes do estudo de Fonseca (1992), para o secundário, e os resultados deste estudo nesses mesmos itens

Itens	Amostra Total (n=61)		Fonseca (1992) (n=205)
	1 ou 2 vezes + várias vezes		1 ou 2 vezes + várias vezes
	N	%	%
4 – Roubar bicicleta ou rádio	4	6,6	3
23 – Fumar droga	16	26,2	3,9
28 – Pegar fogo	5	8,2	2
35 – Ameaçar outras crianças	8	13,1	1,5

A comparação entre os dois estudos mostra que os dados aqui obtidos vão na mesma direcção dos de Fonseca (1992), de maneira mais evidente nos itens com percentagens mais elevadas. O dado mais relevante talvez seja a indicação que os comportamentos delinquentes parecem ser frequentes nestas faixas etárias, o que está de acordo com o que nos diz a literatura (Fonseca, 2000). Este fenómeno poderá ser explicado por factores biológicos, pela busca de novas experiências ou falta de maturidade (Fonseca, 2000). Contudo, segundo Moffitt et al. (cit. in Moffitt & Caspi, 2000), ainda que estes comportamentos possam derivar dos contextos sociais do adolescente, muitas vezes têm consequências graves e não desaparecem espontaneamente. No estudo aqui apresentado, a frequência de comportamentos, como o consumo de substâncias, deve ser analisada com atenção.

2. Associação entre vinculação e comportamento delincente

Ao contrário das nossas expectativas, nenhum dos estilos de vinculação insegura (insegura ansiosa/ambivalente e insegura evitante) teve associações estatisticamente significativas com a frequência de comportamentos delinquentes.

A nossa hipótese (H1) não foi confirmada, contudo encontramos uma associação que nos parece ser interessante e relevante. A vinculação segura obteve uma correlação negativa e estatisticamente significativa com o comportamento delincente expresso alguma vez na vida.

Acreditamos que a vinculação insegura não correlacionou com os comportamentos delinquentes, porque este tipo de comportamentos está associado e é explicado por diversos factores de risco, não apenas o padrão de vinculação (Parker & Benson, 2004). Dito de outra forma, o comportamento delincente é multideterminado por diversos factores que se encontram em variáveis individuais, familiares e grupais (Loeber et al., 2003).

Já o resultado da vinculação segura vai de encontro a outros estudos (Marcus & Betzer, cit. in Machado, 2004). Esta associação indica que os jovens com um padrão de vinculação mais seguro relatam menos comportamentos delinquentes ao longo da vida, o que vai de encontro ao que Machado (2004) diz, quando refere que a organização de vinculação pode

constituir um factor de risco ou protecção.

3. Vinculação e comportamento delincente: diferenças entre a Escola de Coimbra e Escola de Aveiro

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos para o padrão de vinculação inseguro (inseguro ansioso/ambivalente e inseguro evitante) e para os comportamentos delinquentes, as nossas hipóteses (H2 e H3) não foram confirmadas. No entanto, encontrou-se uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos, para o padrão de vinculação seguro. Este padrão é mais frequente na Escola de Coimbra.

No seguimento do que foi dito no ponto anterior, se a vinculação segura for entendida como um factor de protecção, então os alunos da Escola de Coimbra estão mais protegidos, ficando menos propensos a enveredar por uma trajectória delincente.

Ainda que com maior incidência na Escola de Coimbra, o padrão de vinculação seguro obtém médias superiores a 50 para ambas as escolas, enquanto que os dois padrões inseguros ficam com médias abaixo dos 35. Este resultado vai de encontro aos de outros estudos com população de baixo risco (Soares; Matos, & Costa; van Ijzendoorn, & Sagi, cit. in Carvalho, 2007), em que mais de metade da amostra se apresenta com uma organização segura da vinculação.

Perante estes dados não podemos distinguir os grupos pelos comportamentos adoptados ou pelo padrão de vinculação inseguro, pois os dados não clarificam a ideia de que o grupo de Aveiro será o de maior risco. Contudo, este grupo reúne alguns indicadores que são potencialmente preocupantes, concretizando a diferença verificada no padrão de vinculação seguro e, como veremos à frente, a maior frequência em comportamentos que são entendidos como factores de risco do comportamento delincente.

4. Vinculação, comportamento delincente e auto-conceito: Escola de Aveiro

Vaz Serra (1995) refere o auto-conceito como sendo “(...) a percepção que um indivíduo tem de si próprio.” (p. 152). Acrescenta que o auto-conceito nos dá compreensão acerca da forma como o sujeito interage com os outros, do seu auto-controlo e está relacionado com certos traços e atitudes da personalidade.

No nosso estudo esperávamos encontrar uma associação entre as variáveis vinculação e auto-conceito, pois os padrões de vinculação modelam a forma como o sujeito se vai comportar ao longo da vida, tendo implicações em várias vertentes, incluindo na imagem que têm de si mesmos (Machado, 2004; Pietromonaco & Barrett, cit. in Dalbem, & Dell’Aglia, 2005). Espera-se que sujeitos com diferentes estilos de vinculação tenham diferentes formas de se perceberem (Wu, 2009).

A nossa hipótese (H4) foi formulada no sentido de encontrar uma associação significativa entre um baixo auto-conceito e o padrão de vinculação inseguro (inseguro ansioso/ambivalente e inseguro evitante), já que estudos anteriores associaram este padrão de vinculação com uma baixa

auto-estima (Bartholomew & Horowitz; Brennan & Bosson; Brennan & Morris; Collins & Read; Park, Crocker & Mickelson; Roberts, Gotlib & Kassel, cit. in Wu, 2009; Cassidy, cit. in Thompson, 1999), componente importante do auto-conceito e que se refere às avaliações que o sujeito elabora a seu próprio respeito (Vaz Serra, 1995).

A hipótese não foi confirmada, mas foi encontrada uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre a vinculação segura e todas as medidas do auto-conceito. Este resultado diz-nos que os sujeitos mais seguros são aqueles que pontuam mais alto nas diferentes dimensões do auto-conceito, assim como na medida global, mostrando que existe realmente uma associação forte entre as duas variáveis. Esta relação já tinha sido encontrada num estudo de Cassidy (cit. in Thompson, 1999).

Wu (2009) explica esta relação, dizendo que os pais que promovem uma organização vinculativa segura nos seus filhos, dão feedback de forma coerente e sempre que necessário, criando um sentimento de confiança e valor na criança, por um lado, o que permite a estas criar uma imagem positiva de si mesmos e aumento da auto-estima, por outro. Parker e Benson (2004) acrescentam que numa vinculação segura, o esquema que a criança constrói da sua imagem aos olhos dos pais é positiva, assim como uma relação de vinculação segura permite aos filhos explorarem o ambiente de forma positiva e serem bem sucedidos, o que resulta num aumento da auto-estima.

À semelhança da vinculação, e porque acreditávamos que o padrão de vinculação inseguro estaria relacionado com um baixo auto-conceito, a nossa última hipótese (H5) esperava uma associação significativa entre um baixo auto-conceito e uma maior frequência de comportamentos delinquentes. Tal não se verificou.

No entanto, um resultado mostrou-se interessante. Os comportamentos delinquentes expressos nos últimos 12 meses e ao longo da vida correlacionaram de forma positiva e estatisticamente significativa com o factor Impulsividade-Actividade do auto-conceito. Este factor engloba os itens “Quando tenho uma ideia que me parece válida gosto de a pôr em prática”, “Sou uma pessoa que gosta muito de fazer o que lhe apetece” e “Gosto sempre de me sair bem nas coisas que faço”.

Por fim, outra associação merece ser analisada. Ainda que sem significância, tanto a vinculação insegura evitante, como os comportamentos delinquentes expressos nos últimos 12 meses e ao longo da vida correlacionaram moderada e negativamente com um dos factores mais importantes do inventário: Aceitação/Rejeição Social. Este resultado explica-se no facto de que são os indivíduos que possuem maior aceitação social que obtêm valores mais moderados a baixos nas duas medidas de comportamento delincente. Dito de outra forma, dado que o item tem um duplo sentido de variação (positivo e negativo) (Vaz Serra, 1986), os alunos com maior frequência de comportamentos delinquentes, são aqueles cujos resultados no inventário de auto-conceito indicam a rejeição e desagrado social.

No que se refere à vinculação evitante, ainda que segundo o estudo de Carvalho (2007) seja de esperar que os adolescentes pontuem alto neste estilo de vinculação, porque os itens provavelmente apelam à autonomia típica nesta faixa etária, é interessante verificar que aqueles que se identificam com comportamentos e representações mais evitantes da vinculação são aqueles que no inventário de auto-conceito indicam a rejeição e desagrado social.

Ambos os dados estão de acordo com o que normalmente se associa aos delinquentes: inadaptação social e dificuldade em criar e manter relações próximas com os outros (Bowlby, 1952; Lemay, cit. in Born 2003/2005; M. Le Blanc & M. Fréchette, cit. in Tyrode & Bourcet, 2000/2002).

5. Outras considerações relativas ao estudo

Numa sistematização de revisões de vários estudos relativos aos factores de risco do comportamento delinvente, Hoge (2001) refere sete grandes esferas onde estes se inserem: variáveis da comunidade/vizinhança, família de origem, relação entre pais e filhos e estilos parentais, relações extra-familiares, contexto escolar, personalidade e comportamento, e atitudes e valores. Olhando para o nosso estudo, encontramos no questionário alguns itens, inseridos na esfera do comportamento, considerados importantes factores de risco, como sejam o roubo, agressividade física e abuso substâncias (Hoge, 2001).

Tendo em conta as frequências relativas quer aos últimos 12 meses quer ao período de vida do sujeito, percebemos que o consumo de álcool e tabaco apresentam das percentagens mais elevadas no nosso estudo. Essas percentagens são sempre superiores para a Escola de Aveiro, com a excepção do item “beber vinho”. Também é na Escola de Aveiro que encontramos outros dois indicadores potencialmente preocupantes, o consumo de droga (38.7% já fumaram alguma vez na vida, e 29% fumaram nos últimos 12 meses, 16.2% dos quais várias vezes), e o comportamento agressivo, em que cerca de metade dos alunos da Escola de Aveiro afirma ter batido em colegas ou tratado mal outras pessoas nos últimos 12 meses, sendo que estas percentagens chegam aos 70% e 60% respectivamente, quando tida em conta a resposta alguma vez na vida. As frequências de resposta a estes itens para a Escola de Coimbra ficam perto dos 20% para os últimos 12 meses, e não ultrapassam os 40% para alguma vez na vida.

A discrepância entre as duas escolas nestes itens não deve ser descurada, contudo para melhor compreender o significado destes resultados, teríamos de perceber se, por exemplo, o consumo de substâncias tem um carácter persistente, ou deve ser entendido no âmbito das experimentações normativas desta fase. O esperado é que o consumo de substâncias na maior parte destes jovens não seja preocupante, pois através destes questionários é difícil descobrir formas graves de delinquência, já que sujeitos com esse tipo de comportamentos são raros na população em geral (Fonseca, 1992). Provavelmente nos resultados referentes ao consumo de substâncias e comportamentos agressivos assumidos várias vezes nos últimos 12 meses é onde encontraríamos os casos com um prognóstico mais preocupante.

O item “bater nos pais” não foi assinalado por nenhum dos alunos em ambas as escolas, quer para a frequência nos últimos 12 meses quer para a frequência ao longo da vida. Este dado pode ser interpretado de duas formas. Por um lado, se assumirmos a veracidade destas respostas, podemos compreender a ausência do comportamento nesta amostra, por este implicar um elevado nível de dessensibilização. Por outro lado, dado ser um comportamento extremamente repreensível pela sociedade em geral, os alunos poderão ficar inibidos e não o assinalar.

Outro dado interessante deste estudo diz respeito às escolhas da figura de suporte referidas pelos adolescentes no questionário sócio-demográfico.

Tendo em conta o número de alunos que respondeu a esta questão ($n=49$), estes escolhem preferencialmente os pais ($n=13$; 26.5%) ou familiares próximos ($n=18$; 36.7%) como figuras de suporte, a quem se dirigem em caso de problemas pessoais, saúde ou outros (cf. Quadro 13). Este dado vai de encontro ao esperado pela literatura, que nos diz que as figuras parentais continuam a ser figuras de vinculação de extrema importância até ao início da idade adulta (Bowlby, 1973/2004).

Ainda no Quadro 13, podemos encontrar outros dados interessantes, como o facto de apenas 70% dos alunos de Aveiro ter respondido a esta questão, enquanto que na Escola de Coimbra a percentagem foi de 90%. Na Escola de Aveiro encontramos também duas respostas interessantes, dois alunos não escolheram nenhuma figura de suporte, afirmando um que só pode contar com ele mesmo, e outro que não pode contar com ninguém (cf. Quadro 13). Este dado está de acordo com aquilo que Bowlby dizia acerca destes jovens. Segundo o autor, eles fechavam-se neles mesmos, como defesa para evitarem serem magoados (Soares, 2007), esta é uma atitude típica de sujeitos cujas experiências de vida os levam a não confiar em ninguém.

Quadro 13: Distribuição da figura de suporte na amostra total, Escola de Coimbra e Escola de Aveiro

		Grupo		
		Escola Coimbra	Escola Aveiro	Total
Figura Suporte	Mãe	6	6	12
	Pai	1	0	1
	Família (pais, irmãos, tios, avós)	7	11	18
	Pares	4	1	5
	Professores	2	2	4
	Nele mesmo	0	1	1
	Psicólogo	2	0	2
	2 ou + grupos	5	0	5
	Ninguém	0	1	1
Total	27	22	49	

6. Limitações e recomendações para futuros estudos

O presente estudo apresenta limitações, desde logo aquelas ligadas à escolha do questionário de auto-resposta para avaliar a frequência de comportamentos delinquentes. A credibilidade dos resultados pode ser questionada, dado que os jovens podem tentar ocultar comportamentos, pelo receio de serem descobertos e punidos, ou pelo contrário, exagerá-los na procura de admiração (Fonseca, 1992). Contudo, estudos têm demonstrado como os resultados deste tipo de medida são bons preditores de futuras carreiras delinquentes (West & Farrington; Shapland; Eysenck & Gudjonsson, cit. in Fonseca, 1992), pois, embora se verifique uma diminuição abrupta deste tipo de comportamentos com o final da adolescência, um número considerável de sujeitos envereda por uma trajectória delinvente na vida adulta (Fonseca, 2000).

Outra limitação liga-se ao tamanho reduzido da amostra. Contudo, e ainda que as diferenças entre grupos não sejam expressivas, os resultados do nosso estudo indicam que a vinculação segura tem um papel relevante: ela relaciona-se negativamente com a frequência de comportamentos delinquentes expressos ao longo da vida. Também na frequência de comportamentos delinquentes, o nosso estudo vai de encontro aos resultados de Fonseca (1992), o que indica que a nossa amostra é representativa.

No que diz respeito ao auto-conceito, a associação entre vinculação segura e as diferentes medidas de auto-conceito foi estatisticamente significativa, contudo, como a este inventário apenas responderam os alunos da Escola de Aveiro, os resultados devem ser analisados com cautela. Apenas podemos afirmar que para este grupo foi encontrada uma relação forte entre as variáveis, ainda que os resultados nos levem a acreditar que numa investigação de outra dimensão esta associação será mais expressiva e no mesmo sentido.

Uma outra limitação prende-se com o objectivo do estudo. Foi nossa opção focar-nos na associação entre vinculação e comportamentos delinquentes, pelo que muitos outros factores foram retirados da equação. Este estudo apenas pode dar algumas luzes relativas à relação entre estas duas variáveis.

No futuro, e dada a escassez de estudos nesta área, novas investigações devem tentar clarificar a relação entre os diferentes padrões de vinculação e o comportamento delinvente (Soares et al., 2007), já que para além do padrão inseguro ser usualmente considerado um factor associado a este tipo de comportamentos, o papel do padrão seguro na trajectória do sujeito aparece agora reforçado.

Por outro lado, e lembrando que os sujeitos apresentam diferentes trajectórias que são produto da interacção de diferentes factores que se influenciam entre si, e não de um factor isolado (Machado, 2004; Soares et al., 2007), novos estudos devem tentar compreender de que forma diferentes factores se associam entre si para explicar o comportamento delinvente, e qual a variância explicada por cada um deles.

Por fim, como nos diz Fonseca (1992), dado que os comportamentos anti-sociais se encontram generalizados na adolescência, será importante

estudar e perceber quais os comportamentos delinquentes que servem como bons indicadores de futuras inaptações sociais.

VI - Conclusões

O presente estudo não teve como objectivo clarificar as origens do fenómeno da delinquência juvenil, mas antes chamar a atenção para o aspecto da vinculação, que acreditamos ser de extrema relevância. A vinculação está estritamente ligada ao papel da família, um dos factores mais importantes relacionados com a delinquência.

Os nossos resultados mostram uma associação entre a vinculação e a frequência de comportamentos delinquentes, no sentido de uma vinculação segura estar negativamente associada à frequência de comportamentos delinquentes ao longo da vida. Contudo, essa associação não clarifica a questão da direcionalidade. Warr (2007) diz que uma das possíveis explicações para a associação da delinquência à fraca vinculação aos pais pode ser explicada pelo facto de quando um adolescente adopta comportamentos delinquentes vai destruindo a relação com os pais através, por exemplo, da mentira. Na mesma ordem de ideias, para os resultados deste estudo podemos questionar : terá uma organização segura da vinculação um papel protector no que diz respeito aos comportamentos delinquentes? Ou será antes ela também o resultado da adopção de um estilo de vida positivo? Ainda outras questões devem ser tomadas em conta, como diz Machado (2004), uma vinculação segura não garante por si só que os comportamentos delinquentes não ocorram, assim como a própria vinculação sofre alterações ao longo da vida, segundo as novas experiências e relações do sujeito.

No que se refere aos comportamentos delinquentes, os resultados do nosso estudo são especialmente importantes para os comportamentos de consumo de substâncias. Este poderá ser um indicador preocupante, já que a literatura considera o abuso de substâncias como um factor de risco importante para a trajectória delinvente. Contudo, como questionam Quinsey et. al (2004): é o abuso de drogas que leva ao crime, ou é o crime que leva ao abuso de drogas? Ou serão ambos os comportamentos causados por outros factores? Só depois destas questões encontrarem resposta, poderemos dar um significado aos resultados encontrados em estudos como este.

Em suma, este estudo tem um carácter exploratório e os resultados são uma chamada de atenção a determinados aspectos que deverão ser aprofundados em outras investigações. A saber, o papel da vinculação segura (será um factor protector?), clarificar a relação do auto-conceito com os comportamentos delinquentes (em especial a componente respeitante à relação com o meio social), e por fim esclarecer quais os comportamentos delinquentes que poderão ser sinalizados como de maior risco.

Acreditamos ser importante conhecer melhor os factores que estão associados à delinquência e de que forma se associam para no futuro se pensar mais em prevenir do que remediar.

Bibliografia

- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: a psychological study of the strange situation*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates
- Allen, J. P., & Land, D. (1999). Attachment in adolescence. In J.S. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.) *Handbook of attachment theory, research and clinical applications*. New York: The Guildford Press
- Allen, J. P., Marsh, P., McFarland, C., McElhaney, K. B., & Land, D. J. (2002). Attachment and autonomy as predictors of the development of social skills and delinquency during midadolescence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, no. 1, pp. 56 - 66
- Bee, H. (2003). *Criança em desenvolvimento* (9ª ed.). Porto Alegre: Artmed Editora
- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. (M. R. P. Boléo, Trans.). Lisboa: CLIMEPSI (Trabalho Original publicado em 2003)
- Bowlby, J. (1952). *Maternal care and mental health*. Geneva: World Health Organization
- Bowlby, J. (1992). *A secure base: Clinical applications of attachment theory*. London: Routledge
- Bowlby, J. (2001). *Formação e rompimento dos laços afetivos* (3ª ed.). (Á. Cabral, Trans.). São paulo: Martins Fontes (Trabalho Original publicado 1979)
- Bowlby, J. (2002). *Apego e perda – vol. 1: Apego* (3ª ed.). (Á. Cabral, Trans.). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho Original publicado 1969)
- Bowlby, J. (2004). *Apego e perda – vol. 2: Separação* (4ª ed.). (L. H. B. Hegenberg, O. S. Mota, M. Hegenberg, Trans.). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho Original publicado 1973)
- Carvalho, M. (2007). *Vinculação, temperamento e processamento da informação: Implicações nas perturbações emocionais e comportamentais no início da adolescência*. Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica. Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho, Portugal.
- Cassidy, J. (1999). The nature of child's ties. In J.S. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.) *Handbook of attachment theory, research and clinical applications*. New York: The Guildford Press
- Cohen, P., Cohen, J., West, S. & Aiken, L. (2002). *Applied multiple regression/correlation analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Dalbem, J. X., Dell'Aglio, D. D. (2005). Teoria do apego: Bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, no. 1, pp. 12-24
- Dodge, K. A., & Pettit, G. S. (2003). A biopsychosocial model of the development of chronic conduct problems in adolescence. *Developmental Psychology*, 39 (2), pp. 349-371
- Doron, R., & Parot, F. (2001). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Climepsi
- Elgar, F. J., Knight, J., Worrall, G. J., Sherman, G. (2003). Attachment characteristics and behavioural problems in rural and urban juvenile

- delinquents. *Child Psychiatry and Human Development*, 34 (1), pp. 35-48
- Fonseca, A. C. (1992). Comportamentos anti-sociais no ensino básico: resultados dum questionário preenchido pelos próprios alunos (self-report). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, no. 2, pp. 279-300
- Fonseca, A. C. (2000). Comportamentos anti-sociais: Uma introdução. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIV (1, 2 e 3), 9-36
- Guedeney, N., & Guedeney G. (2004). *Vinculação: conceitos e aplicações*. Lisboa: Climepsi
- Hoge, R. D. (2001). *The juvenile offender: Theory, research and applications*. Boston: Kluwer Academic Publishers
- Howell, D. (2006). *Statistical methods for psychology (6ª ed.)*. USA: Thomson Wadsworth.
- Jongenelen, I., Carvalho, M., Mendes, T., & Soares, I. (2007). Vinculação na adolescência. In I. Soares (coord.) *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação*. Braga: Psiquilíbrios
- Kobak, R. (1999). The emotional dynamics of disruptions in attachment relationships: implications for theory, research and clinical intervention. In J. Cassidy, & P. R. Shaver (Eds.) *Handbook of attachment, theory, research and clinical applications*. New York: The Guildford Press
- Kury, H., Woessner, G. (2002). A família e os comportamentos desviantes dos jovens. In A. C. Fonseca (Ed.) *Comportamento anti-social e família: Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina
- Leas, L., & Mellor, D. (2000). Prediction of delinquency: the role of depression, risk-taking, and parental attachment. *Behaviour Change*, no. 3, pp. 155 - 166
- Loeber, R., Farrington, D. P., Stouthamer-Loeber, M., Moffitt, T. E., Caspi, A., White, H. R., Wei, E. H., & Beyers, J. M. (2003). The development of male offending: key findings from fourteen years of the pittsburgh youth study. In T. P. Thornberry, & M. D. Krohn (Eds.) *Taking stock of delinquency: An overview of findings from contemporary longitudinal studies*. New York: Kluwer Academic
- Machado, T. S. (2004). Vinculação e comportamentos anti-sociais. In A. C. Fonseca (Ed.) *Comportamento anti-social e crime: Da infância à idade adulta*. Coimbra: Almedina
- Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2000). Comportamento anti-social ao longo da vida e comportamento anti-social limitado à adolescência: seus preditores e suas etiologias. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIV (1, 2 e 3), 65-106
- Parker, J. S., Benson, J. M. (2004). Parent-adolescent relations and adolescent functioning: self-esteem, substance abuse, and delinquency. *Adolescence*, no. 39, pp. 519-530
- Quinsey, V. L., Skilling, T. A., Lalumière, M. L., & Craig, W. M. (2004). *Juvenile delinquency: Understanding the origins of individual differences*. Washington: American Psychological Association
- Reis, E. (2000). *Estatística descritiva (2ª ed.)*. Lisboa: Edições Silabo.
- Ribeiro, S. M. R. (2006). *Vinculação, relações significativas e cuidados*

- parentais*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade de Coimbra, Portugal.
- Soares, I. (2007). Desenvolvimento da teoria e da investigação da vinculação. In I. Soares (coord.) *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação*. Braga: Psiquilíbrios
- Soares, I., Carvalho, M., Dias, P., Rios, S., & Silva, J. (2007). Vinculação e psicopatologia. In I. Soares (coord.) *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação*. Braga: Psiquilíbrios
- Strecht, P. (2003). *À margem do amor: Notas sobre a delinquência juvenil*. Lisboa: Assírio & Alvim
- Thompson, R. A. (1999). Early attachment and later development. In J.S. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.) *Handbook of attachment theory, research and clinical applications*. New York: The Guildford Press
- Tyrode, Y., & Bourcet, S. (2002). *Os adolescentes violentos* (M. C. S. Correia, Trans.). Lisboa: Climepsi. (Trabalho Original publicado 2000)
- Vaz Serra, A. (1986). O inventário clínico de auto-conceito. *Psiquiatria Clínica*, no. 7, pp. 67-84
- Vaz Serra, A. (1995). Inventário clínico de auto-conceito. *Provas Psicológicas em Portugal*, I, pp. 151-163
- Warr, M. (2007). The tangled web: Delinquency, deception, and parental attachment. *Youth Adolescence*, no. 36, pp. 607-622
- Winnicott, D. W. (2005). *Privação e delinquência* (4ª ed.). (Á. Cabral, Trans.) São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho Original publicado 1984)
- Wu, C. H. (2009). The relationship between attachment style and self-concept clarity: The mediation effect of self-esteem. *Personality and Individual Differences*, no. 47, pp. 42-46